

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO

90024/2025

CONTRATANTE (UASG)

980147 – Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC

OBJETO

REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviço de engenharia de telecomunicação para disponibilização de internet via satélite interconectados à Starlink, fixa e móvel, objetivando suprir a necessidade das diversas secretarias públicas municipais.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 165.266,50

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/06/2026 às 10:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por LOTE

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO.....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
8. DA FASE DE JULGAMENTO	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
10. DO TERMO DE CONTRATO.....	16
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	17
13. DOS RECURSOS	18
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90024/2025 (Processo Administrativo nº 3739/2025)

Torna-se público que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitações - CPL, sediado(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, Tarauacá, AC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada para o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de engenharia de telecomunicação para disponibilização de internet via satélite interconectados à Starlink, fixa e móvel, objetivando suprir a necessidade das diversas secretarias públicas municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será estruturada em LOTES, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante apresentar proposta para a totalidade dos itens que compõem cada lote, sob pena de desclassificação, facultando-se a participação em quantos lotes forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *No Lote Único não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.*

4.2. *Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.*

4.3. *O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário do item;*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante e/ou tipo / espécie de fruta;*

Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,10 (dez centavos)**
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.8.1 conter vícios insanáveis;
- 8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. **No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 8.11.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.11.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
- 8.11.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 8.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual de 10% a 30 %, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia digitalizada.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 15 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 30 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.tarauaca.ac.gov.br/licitacoes> e [::Portal das Licitações:: TCE-AC](https://portal.tce-ac.org).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

- 14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: contratacoestk@gmail.com.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico contratacoestk@gmail.com, <https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/menu/>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 *Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;*

16.11.3 *Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;*

Tarauacá/AC, 01 de junho de 2025

Jorge da Mata Coelho
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 117/2025

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP

Prazo de Vigência da Ata de Registro De Preços: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por igual período.

1. DO OBJETO

1.1- Pregão Eletrônico para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET VIA SATÉLITE INTERCONECTADOS Á STARLINK, FIXA E MÓVEL, objetivando suprir a necessidade das diversas SECRETARIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E POVOS ORIGINARIOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E INOVAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LASER.

através da Prefeitura de Tarauacá, conforme especificações constantes neste Termo de Referência;

2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

LOTE — CONECTIVIDADE MÓVEL E SATELITAL (TECNOLOGIA LEO ALTA PERFORMACE)

Prestação de serviços de conectividade via satélite de órbita baixa (LEO) para uso fixo e móvel, interligado à rede de satélites de alta performace, incluindo fornecimento de antenas e equipamentos necessários, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, substituição de equipamentos defeituosos e gerenciamentos ativo da rede, com cobertura em áreas urbanas e remotas do município.

01	Serviço de comunicação via satélite de orbita baixa (LEO), com uso da rede de satélites interconectados STARLINK MÓVEL. Descrição: Plano de dados conhecida no mercado como empresarial ou corporativa, Móvel Prioritário, franquia mínima de 50 GB (cinquenta) Byte, com locação de equipamento de alto desempenho (consignação), necessários à execução do serviço, suporte técnico, manutenção e substituição dos equipamentos defeituosos. Dados ilimitados em áreas continentais; uso em movimento; prioridade de rede; dados móveis	UND	30	47
-----------	---	-----	----	----

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUCÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	ilimitados.			
02	Serviço de comunicação via satélite de órbita baixa (LEO), com uso da rede de satélites interconectados STARLINK FIXA. Descrição: Plano de dados conhecida no mercado como empresarial ou corporativa, Fixa, Prioritário, franquia mínima de 50 GB (cinquenta) Byte, com locação de equipamento de alto desempenho (consignação), necessários à execução do serviço, suporte técnico, manutenção e substituição dos equipamentos defeituosos. Dados ilimitados em áreas continentais; uso em movimento; prioridade de rede; dados móveis ilimitados.	UND	110	145

2.1 – Os serviços objeto desta contratação são classificados como serviços comuns de engenharia, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar, por se tratar de atividades cujos padrões de qualidade e desempenho podem ser claramente estabelecidos em especificações técnicas usuais do mercado.

2.2 – A contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de telecomunicações, visando à disponibilização de internet via satélite interconectados à tecnologia Starlink (nas modalidades fixa e móvel), enquadra-se como serviço comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que as condições de execução, desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidas no edital, assegurando a padronização e a competitividade do certame.

3. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E QUANTITATIVO

3.1- CONSIDERANDO a **Necessidade Identificada no DFD**, e a inovação da NLLC, em atendimento ao Art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/21, a instauração do presente processo se faz necessário, objetivando suprir a necessidade das diversas SECRETARIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E POVOS ORIGINARIOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA TURISMO E INOVAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LASER.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.2 – A contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de telecomunicações, para disponibilização de internet por meio via de satélite, interconectados à tecnologia Starlink (nas modalidades fixa e móvel), revela-se imprescindível para atender às demandas decorrentes da rotina administrativa da Prefeitura Municipal de Tarauacá e de suas Secretarias. A conectividade estável e de alta capacidade constitui elemento essencial ao desempenho das atividades administrativas, operacionais e de atendimento ao público, sendo indispensável ao pleno funcionamento das unidades da Administração.

3.3 – Os serviços de telecomunicação contratados assumem caráter estratégico para a Administração Pública Municipal, na medida em que viabilizam a continuidade e a eficiência das ações governamentais, refletindo diretamente na qualidade da prestação dos serviços públicos.

3.4 – Execução e suporte às atividades administrativas: A disponibilidade de internet, com redundância em via satélite, permite a tramitação eletrônica de processos, a elaboração e envio de relatórios, o acesso a sistemas de informação governamentais, o registro de atendimentos e a comunicação interna e externa das Secretarias. A inexistência de conexão estável compromete diretamente a eficiência administrativa e a capacidade de resposta da gestão pública.

3.5 – Atendimento aos munícipes e integração entre setores: A conectividade garante a emissão de certidões, protocolos, ofícios e demais documentos, além de possibilitar o funcionamento de sistemas utilizados no atendimento direto à população e no relacionamento entre as Secretarias Municipais. A ausência de acesso contínuo à rede gera atrasos, falhas no atendimento e prejuízos à celeridade dos serviços.

3.6 – Armazenamento, segurança e gestão da informação: Uma infraestrutura de telecomunicação moderna e estável é fundamental para o acesso a bancos de dados, sistemas de registros e plataformas digitais utilizadas pela Administração. A indisponibilidade de conexão ou a utilização de serviços instáveis compromete a guarda, o processamento e a segurança das informações institucionais.

3.7 – Agilidade e continuidade dos processos administrativos e operacionais: A utilização de serviços de telecomunicações obsoletos, instáveis ou sem redundância resulta em interrupções frequentes, lentidão no acesso a sistemas e aumento nos custos operacionais, em razão da

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

necessidade de soluções emergenciais. Atualmente, verificam-se dificuldades no atendimento pleno da demanda, com prejuízos à produtividade e à continuidade dos serviços públicos.

3.8 – Assim, a contratação da empresa especializada em engenharia de telecomunicações torna-se fundamental para assegurar o desempenho eficiente das atribuições da Administração Municipal, garantindo conectividade de qualidade, segurança na transmissão de dados e suporte técnico adequado.

3.9 – Ressalte-se que, no momento, não há disponibilidade contratual vigente ou saldo em Ata de Registro de Preços que atenda às necessidades de telecomunicação da Prefeitura Municipal de Tarauacá, o que reforça a necessidade de nova contratação para suprir a carência identificada, em conformidade com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e economicidade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.10 – Cabe destacar que, em consonância com a política de fomento ao desenvolvimento econômico local, a contratação, por meio de procedimento licitatório, deve assegurar a ampla participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, conforme previsto na legislação vigente, ampliando a competitividade e a inclusão nas contratações públicas.

3.11 – Dessa forma, por meio da centralização da contratação, agrupando-se as necessidades estimadas neste Termo de Referência, busca-se ampliar o poder de compra da Administração, garantindo maior economia em escala, padronização da solução tecnológica, eficiência na utilização dos recursos públicos e, sobretudo, a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Itens	Descrição	Apresentação	Sec. De Adm.		Sec. De Saúde		Sec. De Esporte		Sec. Educação		Sec. De Prom. Social		Sec. Obras		Sec. Meio Ambiente		Sec. Agricultura		Sec. Cultura		Quant. Total para consumo	Quant. Total para Registro
			Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro	Q. Consumo	Q. Registro		
LOTE — CONECTIVIDADE MÓVEL E SATELITAL (TECNOLOGIA LEO ALTA PERFORMACE)																						
Prestação de serviços de conectividade via satélite de órbita baixa (LEO) para uso fixo e móvel, interligado à rede de satélites de alta performace, incluindo fornecimento de antenas e equipamentos necessários, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, substituição de equipamentos defeituosos e gerenciamentos ativo da rede, com cobertura em áreas urbanas e remotas do município.																						
1	Serviço de comunicação via satélite de	UND	14	26	04	06	01	01	04	06	04	05	01	01	00	00	01	01	01	01	30	47



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

<p>orbita baixa (LEO), com uso da rede de satélites interconectados STARLINK MÓVEL.</p> <p>Descrição:</p> <p>Plano de dados conhecida no mercado como empresarial ou corporativa, Móvel Prioritário, franquia</p>																				
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

mínima de 50 GB (cinquenta) Byte, com locação de equipamento de alto desempenho (consignação), necessários à execução do serviço, suporte técnico, manutenção e substituição dos																					
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	equipamentos defeituosos. Dados ilimitados em áreas continentais; uso em movimento; prioridade de rede; dados móveis ilimitados.																					
2	Serviço de comunicação via satélite de órbita baixa (LEO), com uso da rede	UND	03	06	03	03	00	00	104	136	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	110	145



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

de satélites interconectados os STARLINK FIXA. Descrição: Plano de dados conhecida no mercado como empresarial ou corporativa, Fixa, Prioritário, franquia mínima de 50 GB (cinquenta) Byte, com locação de equipamento de alto desempenho (consignação), necessários à execução do serviço,																				
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

[illegible]

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 11 de 39

3.12 – A contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de telecomunicações, para disponibilização de internet via satélite, interconectados à tecnologia Starlink (móvel e fixa), deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. O procedimento licitatório assegurará ampla participação dos interessados, em igualdade de condições, promovendo concorrência justa e transparente e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Ressalte-se, ainda, a observância ao tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, conforme arts. 4º e 71 da Lei nº 14.133/2021, fortalecendo a competitividade e o desenvolvimento econômico local.

3.13- Secretaria Municipal de Administração

3.13.1 – Atualmente, diversos setores da Administração Municipal enfrentam sérias limitações relacionadas à insuficiência de serviços de conectividade, o que compromete o desempenho das atividades diárias. A ausência de uma internet estável e de alta capacidade impacta diretamente a execução de sistemas administrativos, operacionais e de atendimento, dificultando a atuação eficiente dos servidores.

3.13.2 – A precariedade da infraestrutura de telecomunicações disponível ocasiona interrupções frequentes no acesso a sistemas essenciais, como arrecadação tributária, gestão orçamentária, saúde, educação e assistência social. Essas falhas comprometem a produtividade, geram atrasos na tramitação de processos internos e prejudicam o atendimento ao cidadão, em afronta ao princípio da continuidade do serviço público.

3.13.3 – A contratação planejada e centralizada de serviços de telecomunicações, mediante conexão via satélite interligados à Starlink (móvel e fixa), possibilitará não apenas a continuidade ininterrupta das atividades administrativas, mas também permitirá à Administração melhores condições comerciais e contratuais, com ganhos de escala e racionalização da aplicação dos recursos públicos, em conformidade com o princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 12 de 39

3.13.4 – A qualidade e modernização dos serviços de telecomunicação impactam diretamente a eficiência do trabalho dos servidores e a imagem institucional da Prefeitura. A disponibilização de conexão robusta, com suporte técnico especializado, redundância e alta performance, contribuirá para maior agilidade nos fluxos operacionais, redução de retrabalho, maior segurança da informação e fortalecimento da credibilidade da Administração Pública perante a sociedade.

3.13.5 – A inclusão dessa despesa encontra-se devidamente prevista no planejamento orçamentário anual da Administração, considerando os estudos de necessidade elaborados pelas Secretarias Municipais. Os recursos destinados à contratação do serviço de telecomunicação estão compatíveis com o orçamento disponível e contemplados nas diretrizes da execução financeira, em observância ao princípio do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021.

3.13.6 – Foi realizada análise técnica e mercadológica preliminar dos fornecedores potenciais, considerando critérios como capacidade técnica, confiabilidade da solução ofertada, cobertura geográfica, prazos de implantação, suporte especializado e preços praticados. Essa análise fundamenta a escolha da contratação mais vantajosa, assegurando o melhor custo-benefício à Administração, em consonância com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

3.13.7 – Diante do exposto, a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de telecomunicações, para a disponibilização de internet via satélite interconectados à Starlink (móvel e fixa), mostra-se imprescindível para garantir a continuidade e a melhoria dos serviços públicos prestados pela Prefeitura Municipal de Tarauacá. Tal medida assegurará infraestrutura tecnológica moderna, eficiente e segura, promovendo maior agilidade administrativa, qualidade no atendimento ao cidadão e o cumprimento dos princípios que regem as contratações públicas.

3.14 – Secretaria Municipal de Saúde

3.14.1 – Considerando que a utilização contínua e ininterrupta de serviços de telecomunicação é indispensável às atividades administrativas e operacionais da Prefeitura Municipal de Tarauacá e de suas Secretarias, justifica-se plenamente a necessidade de contratação de empresa especializada em engenharia de telecomunicações. A disponibilização de link dedicado, com redundância via satélite interconectados à tecnologia Starlink (móvel e fixa), é

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 13 de 39

condição essencial para assegurar o pleno funcionamento dos sistemas de informação, registros de atendimento, emissão de relatórios, acesso a plataformas digitais e tramitação de documentos. A ausência de conectividade estável compromete significativamente a prestação dos serviços públicos e o cumprimento das obrigações institucionais, violando o princípio da continuidade do serviço público previsto na Lei nº 14.133/2021.

3.14.2 – A contratação do serviço visa restabelecer e manter níveis adequados de conectividade em toda a estrutura administrativa e operacional da Prefeitura, garantindo suporte contínuo às atividades realizadas de forma ininterrupta pelas equipes técnicas e administrativas. Ressalta-se que os serviços atualmente utilizados apresentam instabilidade, baixa capacidade e falhas recorrentes, o que acarreta prejuízos operacionais, retrabalho e custos adicionais com soluções emergenciais. Além disso, a crescente demanda por sistemas digitais, serviços em nuvem e comunicação em tempo real exige soluções tecnológicas modernas, com maior capacidade de transmissão, segurança da informação e agilidade na resposta às demandas da gestão pública. A contratação assume, portanto, caráter estratégico para assegurar qualidade, economicidade e eficiência na execução dos serviços.

3.14.3 – Sendo assim, considerando a responsabilidade da Administração Municipal em garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, solicita-se a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de telecomunicações, pelo período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Tarauacá e de suas Secretarias. O quantitativo estimado foi definido com base em levantamento técnico das necessidades atuais e na projeção de expansão das atividades administrativas nos próximos meses. A contratação será realizada em conformidade com os princípios e dispositivos da Lei nº 14.133/2021, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e garantindo a adequada infraestrutura de conectividade para o pleno funcionamento da gestão pública.

3.15 – Secretaria Municipal de Educação

3.15.1 - A contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de telecomunicações, para disponibilização de internet via satélite interconectados à tecnologia Starlink (móvel e fixa), é fundamental para o pleno funcionamento da Secretaria Municipal

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 14 de 39

de Educação, bem como das unidades escolares a ela vinculadas. A conectividade estável e de alta capacidade é indispensável à execução das atividades administrativas e pedagógicas, contribuindo diretamente para a qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade.

3.15.2 – A demanda por serviços de telecomunicações tem crescido de forma significativa em razão da intensificação das atividades burocráticas, da digitalização de processos educacionais, da integração de sistemas administrativos e da ampliação do uso de tecnologias educacionais. A disponibilização de link dedicado, moderno e seguro, facilita o trabalho dos servidores, promove maior agilidade nas rotinas administrativas e pedagógicas e contribui para um ambiente escolar mais eficiente, conectado e produtivo.

3.15.3 – A adequada infraestrutura de conectividade garante que os procedimentos administrativos e educacionais sejam realizados dentro dos prazos estabelecidos, evitando atrasos no envio de dados, na elaboração de relatórios, no lançamento de notas, na execução de sistemas de gestão escolar e no atendimento às unidades de ensino. Setores como planejamento, gestão escolar, recursos humanos e controle pedagógico dependem diretamente da conexão contínua e estável para garantir o funcionamento eficaz da rede municipal de educação.

3.15.4 – A ausência de serviços de telecomunicação adequados, ou a utilização de conexões instáveis e obsoletas, pode acarretar sérios prejuízos às atividades da Secretaria, impactando negativamente a prestação do serviço público, gerando retrabalho, perdas de informações, insatisfação de servidores e comprometendo, de forma direta ou indireta, a qualidade do atendimento aos alunos, professores e demais membros da comunidade escolar.

3.15.5 – Portanto, a contratação regular e planejada de serviços de telecomunicação deve ser considerada ação estratégica para a melhoria contínua da gestão educacional. Não se trata apenas de garantir a continuidade operacional, mas de investimento essencial na qualidade da educação pública municipal. Dispor de uma infraestrutura tecnológica moderna e estável permite a execução eficiente das atividades administrativas, a implementação de políticas públicas educacionais baseadas em dados confiáveis e o suporte a projetos

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 15 de 39

pedagógicos inovadores. Assim, a contratação desses serviços deve ser tratada como prioridade para assegurar a excelência da Secretaria Municipal de Educação no cumprimento de sua missão institucional, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.16 – Secretaria Municipal de Promoção Social

3.16.1 - A Secretaria Municipal de Promoção Social de Tarauacá é responsável por prestar suporte e assistência à população em situação de vulnerabilidade social, atuando em unidades como o CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Programa Criança Feliz, Programa Bolsa Família, Abrigo Infantil, entre outros. Para garantir a continuidade, eficiência e segurança das ações, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de telecomunicações, para disponibilização de internet via satélite, interconectados à Starlink (móvel e fixa), atendendo às necessidades de conectividade de todas as unidades da Secretaria e das demais Secretarias Municipais.

3.16.2 – Para que essas unidades executem suas funções de forma contínua, segura e eficiente, é necessário dispor de conexão dedicada e estável, com capacidade técnica adequada ao volume de dados processados diariamente. A contratação do serviço justifica-se pela necessidade de modernizar a infraestrutura de telecomunicações, garantindo suporte ininterrupto às equipes responsáveis pelo atendimento social e à gestão administrativa da Secretaria.

3.16.3 – O CRAS, como ponto de apoio à comunidade, realiza oficinas, atendimentos sociais e ações de fortalecimento de vínculos. Para o registro e gestão eficientes dessas atividades, é essencial a disponibilidade de link dedicado confiável, que permita acesso rápido a sistemas, emissão de relatórios e comunicação com a rede municipal de serviços sociais. A falta de conectividade adequada compromete a execução das atividades e o acompanhamento dos usuários.

3.16.4 – O CREAS e o Conselho Tutelar necessitam de comunicação digital contínua para realizar atendimentos especializados, registrar ocorrências, alimentar sistemas de informação da rede de proteção e emitir relatórios técnicos. A contratação do serviço de

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 16 de 39

telecomunicações garante agilidade, segurança da informação e eficácia das intervenções, minimizando riscos associados à falha de comunicação ou à indisponibilidade de rede.

3.16.5 – Os programas Criança Feliz e Bolsa Família demandam alto volume de processamento de dados, atualização de cadastros e emissão de documentos. A conectividade estável e redundante permite que esses programas funcionem sem interrupções, garantindo eficiência no controle de benefícios, registro de visitas domiciliares e atendimento ao público, evitando perdas de dados e atrasos nos serviços prestados.

3.16.6 – O Abrigo Infantil, responsável pelo acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade, depende de link dedicado para gestão administrativa, planejamento de atividades, comunicação com órgãos de proteção e registro seguro da rotina das crianças acolhidas. A indisponibilidade de rede confiável compromete o desempenho das equipes técnicas e a segurança das informações sensíveis.

3.16.7 – Considerando a demanda crescente, a complexidade dos sistemas utilizados e as deficiências observadas na infraestrutura atual, justifica-se plenamente a contratação de serviços de telecomunicações especializados para atender aos diversos setores vinculados à Secretaria Municipal de Promoção Social de Tarauacá. A contratação garantirá a continuidade dos serviços, maior eficiência no atendimento à população vulnerável, modernização da gestão social municipal e aplicação econômica, transparente e eficiente dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

3.17 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

3.17.1 - A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Tarauacá necessita garantir infraestrutura tecnológica de telecomunicações eficiente e contínua para o pleno desenvolvimento de suas atividades operacionais e administrativas. A disponibilização de internet via satélite, interconectados à Starlink (móvel e fixa), assegurará comunicação ágil e confiável entre os setores e com as demais Secretarias Municipais.

3.17.2 – As atividades da Secretaria, incluindo elaboração de projetos, controle de obras, gestão de contratos, emissão de relatórios e atendimento ao público, dependem diretamente de serviços de telecomunicação de alta performance. A inexistência de link dedicado ou a

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 17 de 39

utilização de soluções instáveis compromete a produtividade das equipes e a qualidade dos serviços prestados à população.

3.17.3 – A infraestrutura de comunicação disponível atualmente apresenta limitações quanto à estabilidade, velocidade e capacidade de processamento de dados. Essas deficiências geram atrasos na tramitação de processos internos, dificultam a comunicação entre setores e aumentam o risco de falhas na gestão de informações técnicas e administrativas.

3.17.4 – A contratação de empresa especializada em engenharia de telecomunicações proporcionará maior agilidade na execução de tarefas, segurança na transmissão de dados, organização eficiente das informações e suporte contínuo às atividades operacionais. O link dedicado permitirá que os servidores desempenhem suas funções de forma mais eficiente, refletindo em melhoria da produtividade e da qualidade dos serviços prestados à população.

3.17.5 – A contratação é medida imprescindível para assegurar o funcionamento regular da Secretaria, garantindo suporte às atividades administrativas e operacionais, promovendo eficiência, controle e qualidade nos serviços prestados, em conformidade com os princípios de legalidade, economicidade e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.18 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Povos Originários

3.18.1 - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Povos Originários de Tarauacá necessita garantir infraestrutura tecnológica de telecomunicações eficiente para o pleno desenvolvimento de suas atividades administrativas, técnicas e operacionais. A contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de telecomunicações, para disponibilização de internet via satélite interconectados à Starlink (móvel e fixa), é essencial para assegurar comunicação ágil, confiável e contínua entre os setores da Secretaria e demais unidades da Prefeitura.

3.18.2 – As atividades da SEMEIA, incluindo fiscalização ambiental, licenciamento, monitoramento de áreas de preservação, execução de projetos sustentáveis, educação ambiental e atendimento ao público, dependem de comunicação digital estável e de alta capacidade. O link dedicado permitirá acesso rápido a sistemas, emissão de relatórios técnicos, análise de dados geográficos e ambientais, tramitação de processos e alimentação de sistemas de controle e gestão ambiental.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 18 de 39

3.18.3 – Grande parte da infraestrutura de comunicação atualmente disponível apresenta instabilidade, baixa capacidade de transmissão e falhas recorrentes, prejudicando a produtividade dos servidores e comprometendo a execução eficiente dos serviços. A ausência de conectividade adequada gera atrasos em processos sensíveis, como emissão de licenças ambientais e respostas a demandas emergenciais.

3.18.4 - A contratação de serviços de telecomunicações especializados assegurará continuidade, agilidade e segurança na transmissão de dados, melhor organização das informações técnicas e administrativas, e suporte contínuo às atividades da Secretaria. A disponibilização de link dedicado contribui para maior eficiência na execução de programas, projetos e ações ambientais, promovendo organização e qualidade nos serviços prestados à população.

3.18.5 – A contratação é medida imprescindível para manter o funcionamento regular da SEMEIA, garantindo suporte às atividades administrativas e operacionais, promovendo eficiência, controle e qualidade nos serviços prestados, além de assegurar que a Secretaria possa cumprir plenamente suas funções estratégicas de proteção ambiental e atendimento à população.

3.19 – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Inovação

3.19.1 - A presente contratação tem como finalidade garantir conectividade adequada para a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Inovação e demais Secretarias da Prefeitura de Tarauacá, por meio da disponibilização de internet via satélite interconectados à tecnologia Starlink, tanto na modalidade móvel quanto fixa. A medida é indispensável para assegurar a continuidade das atividades administrativas, técnicas e operacionais, fortalecendo a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

3.19.2 - As ações desempenhadas pela Secretaria de Cultura, Turismo e Inovação exigem planejamento contínuo, registro sistemático e comunicação estável. A ausência de infraestrutura de telecomunicações eficiente ou a utilização de serviços instáveis compromete a execução das atividades, gerando atrasos, falhas nos processos internos e prejuízos na prestação de serviços à população. Assim, a contratação se justifica como resposta à necessidade de modernização e fortalecimento da infraestrutura tecnológica de comunicação.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 19 de 39

3.19.3 - A conectividade estável é essencial para viabilizar a elaboração e gestão de editais culturais, esportivos e turísticos; a organização e divulgação de eventos; a emissão de documentos oficiais e relatórios; o controle, acompanhamento e prestação de contas de projetos; além da comunicação interna entre setores administrativos e externa com órgãos de controle, parceiros e demais instituições públicas.

3.19.4 - A contratação de internet com redundância via satélite interconectado à tecnologia Starlink representa solução adequada para assegurar estabilidade, disponibilidade e desempenho. Essa infraestrutura garante maior agilidade no tráfego de dados, segurança na transmissão de informações e suporte a softwares especializados, utilizados na gestão de eventos, projetos e programas da Secretaria. A medida contribui para a melhoria da eficiência administrativa e operacional, reduzindo falhas e garantindo a continuidade dos serviços.

3.19.5 - A contratação resultará em impactos positivos diretos, como a modernização da infraestrutura tecnológica de comunicação, a melhoria da eficiência dos processos internos, a maior segurança das informações transmitidas e armazenadas, e a redução de riscos de interrupção dos serviços. Além disso, possibilitará maior transparência e confiabilidade na prestação de contas aos órgãos de controle, fortalecendo a capacidade institucional da Prefeitura e da Secretaria em implementar políticas públicas de cultura, esporte e turismo.

3.19.6 - A contratação está em conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos. Está ainda alinhada ao disposto no artigo 11 da referida Lei, que orienta a busca pela eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos. Dessa forma, trata-se de medida fundamentada, indispensável e plenamente justificada no âmbito da legislação vigente.

3.19.7 - Diante do exposto, justifica-se a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de telecomunicações para fornecimento de internet via satélite interconectado à Starlink, em modalidades móvel e fixa. A medida representa uma ação prioritária para a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Inovação, garantindo maior eficiência na execução de suas atribuições, assegurando a continuidade dos serviços públicos e promovendo o desenvolvimento cultural, esportivo e turístico do município de Tarauacá.

3.20 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 20 de 39

3.20.1 – A contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de telecomunicações tem como finalidade disponibilizar internet via satélite interconectados à tecnologia Starlink, em modalidades móvel e fixa. O objetivo é assegurar condições adequadas de conectividade para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e demais Secretarias da Prefeitura de Tarauacá, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais com maior eficiência e qualidade.

3.20.2 – A Secretaria de Esporte e Lazer desenvolve atividades que demandam constante organização e comunicação, como o planejamento e execução de projetos esportivos e recreativos, organização de campeonatos e eventos comunitários, administração de espaços públicos esportivos e atendimento direto ao público. Essas ações exigem infraestrutura de telecomunicações robusta, que possibilite tráfego de dados ágil, comunicação eficiente entre setores e integração com outras secretarias e órgãos públicos. A inexistência de conectividade adequada compromete a execução das políticas públicas, gerando atrasos, falhas operacionais e dificuldade de atendimento às demandas da população.

3.20.3 – A conectividade dedicada é essencial para viabilizar a organização de campeonatos e eventos esportivos, a gestão de espaços públicos esportivos, o registro e acompanhamento de cadastros de atletas e projetos, a elaboração de relatórios técnicos, a comunicação com parceiros institucionais, além do suporte a sistemas de gestão de políticas públicas voltadas ao esporte e ao lazer.

3.20.4 – O uso de internet com redundância via satélite interconectado à tecnologia Starlink assegura maior estabilidade, segurança e disponibilidade dos serviços. A solução contratada possibilita tráfego de dados de alta performance, reduzindo falhas de conexão e garantindo continuidade mesmo em situações adversas. Além disso, oferece suporte a sistemas especializados utilizados na gestão esportiva e no controle administrativo, promovendo maior agilidade e eficiência nos processos internos da Secretaria.

3.20.5 – A contratação permitirá a modernização da infraestrutura tecnológica de comunicação da Secretaria de Esporte e Lazer, resultando em maior eficiência na execução de políticas públicas esportivas, maior confiabilidade na comunicação com órgãos de controle e parceiros institucionais, além da redução de riscos de interrupção de serviços essenciais. A

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 21 de 39

medida também contribuirá para ampliar a inclusão social, fortalecer a integração comunitária e fomentar a promoção da saúde por meio do esporte e do lazer.

3.20.6 – A contratação proposta encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade e da continuidade dos serviços públicos. Está alinhada ao disposto no art. 11 da Lei, que estabelece a busca pela eficiência e pela qualidade na prestação dos serviços públicos. Trata-se, portanto, de medida indispensável para assegurar a efetividade das ações governamentais e atender ao interesse público.

3.20.7 – Diante do exposto, justifica-se a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de telecomunicações para fornecimento de internet via satélite interconectado à Starlink, em modalidades móvel e fixa. Essa medida é essencial para garantir a continuidade e ampliação das atividades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, fortalecendo sua capacidade de gestão e assegurando benefícios diretos à população de Tarauacá por meio da promoção do esporte, do lazer e da qualidade de vida.

4 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA PARTICIPAÇÃO

4.1-Para a presente contratação de serviços de engenharia de telecomunicações, será realizado processo licitatório com fundamento na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), observadas suas alterações posteriores. Aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Complementar nº 147/2014, que estabelecem tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, bem como, no que couber, as normas do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, com suas respectivas alterações.

4.2-Poderá participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, pessoa física e/ou jurídica, regularmente habilitada, cujos ramos de atividades guardem pertinência e compatibilidade em características com o objeto deste certame, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante do edital e seus anexos, no ato da abertura da sessão;

4.3- Em cumprimento a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, e alterações posteriores, a participação é EXCLUSIVA para as microempresas e empresas de pequeno porte, regularmente habilitada, cujos ramos de atividades guardem pertinência e

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 22 de 39

compatibilidade em características com o objeto deste certame, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante do edital e seus anexos, no ato da abertura da sessão;

4.4- Em atendimento ao art. 49, II da Lei 123/2006, não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando, não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

5 – DA PROPOSTA

5.1 – A apresentação da proposta implicará na aceitação integral e irretratável de todas as condições, normas e exigências constantes no Edital, seus anexos e demais documentos que integram o processo licitatório.

5.2 – A proposta de preços deverá conter a descrição detalhada dos itens ofertados, observando fielmente as especificações exigidas, com indicação expressa da quantidade solicitada, do valor unitário e do valor total, obrigatoriamente em moeda corrente nacional, apresentados em algarismos e por extenso. Os valores propostos deverão incluir todos os encargos incidentes, tais como tributos, fretes, seguros, despesas indiretas e quaisquer outros custos necessários ao integral cumprimento do objeto, mesmo que não explicitamente mencionados nos documentos do certame.

5.3 – Os licitantes deverão atentar para que os valores unitários apresentados nas propostas sejam expressos com, no máximo, duas casas decimais, a fim de garantir a precisão necessária à emissão da nota de empenho, das notas fiscais e demais instrumentos administrativos e contábeis.

5.4 – O julgamento e a aceitação das propostas observarão os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital do Pregão, assegurando o atendimento às exigências técnicas e legais pertinentes.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 23 de 39

5.5 – Será declarada vencedora a empresa que apresentar a proposta com o **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que atendidas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, inclusive quanto à conformidade técnica do objeto ofertado.

5.6 – O prazo de validade mínimo das propostas será de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de sua apresentação, salvo disposição em contrário prevista no Edital.

5.7 – O julgamento das propostas obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5.8 – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme previsto no Edital, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da qualidade e da adequação ao objeto licitado.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma

6.1 - Será utilizada a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade ao atendimento do art. 17, § 2º da Lei n. 14.133/2021.

6.2 - No julgamento das propostas o Pregoeiro observará os termos do Edital e seus anexos.

Críticos de Seleção do Fornecedor

6.3 - As exigências referentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista são aquelas usualmente aplicáveis a todos os objetos licitados, conforme disciplinado no Edital, garantindo que os fornecedores estejam legalmente aptos a contratar com a Administração Pública.

6.4 - Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão detalhados no Edital, de forma a assegurar a capacidade do licitante em suportar a execução do serviço com eficiência e continuidade, prevenindo riscos de inadimplência ou paralisação.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 24 de 39

6.5 - Os critérios de qualificação técnica, exigidos para comprovação da experiência, capacitação e competência do licitante/fornecedor, serão especificados no Edital, garantindo que os serviços contratados sejam executados de acordo com os padrões de qualidade e segurança exigidos pela Administração.

6.6 - O critério adotado para julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, assegurando seleção objetiva e economicamente vantajosa para a Administração.

6.7 - As regras de desempate entre propostas serão discriminadas no edital.

Forma de Fornecimento

6.8 - O fornecimento do objeto será parcelado conforme as necessidades de cada Secretaria.

7 - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE EXECUÇÃO E LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7.1 – A empresa contratada deverá iniciar a execução dos serviços em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço e/ou assinatura do contrato.

7.2 – O prazo de execução e conclusão dos serviços deverá observar o cronograma previamente estabelecido pela Administração, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que solicitado formalmente e devidamente justificado pela contratada, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito.

7.3 – A execução dos serviços deverá ocorrer no(s) local(is) indicado(s) pela Secretaria requisitante, conforme as necessidades operacionais da Administração.

7.4 – Os serviços executados deverão ser atestados por servidor designado pela Administração, que verificará a conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

7.5 – A comprovação da execução dos serviços deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal eletrônica, contendo a descrição detalhada do serviço prestado, período de execução, valores unitários e totais, vinculados à Ordem de Serviço ou ao contrato correspondente.

7.6 – O descumprimento injustificado dos prazos ou condições estabelecidas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 25 de 39

8 - DO LOCAL DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O local de abertura do processo licitatório dar-se-á **de forma eletrônica, através do www.gov.br/compras**, e as informações detalhadas constante do Edital e seus anexos.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 – Além das obrigações legais e regulamentares, a CONTRATADA obriga-se a:

9.2 – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, conforme o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

9.3 – Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e nas Ordens de Serviço emitidas pela Administração.

9.4 – Prestar os serviços somente mediante solicitação formal da Administração, observando os quantitativos, prazos e cronogramas estabelecidos.

9.5 – Caso a execução dos serviços não seja realizada nos termos contratados, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação das penalidades previstas em edital e no contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.6 – Assumir integralmente todos os custos, despesas e encargos necessários ao cumprimento do objeto, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, salvo hipóteses previstas em lei ou no contrato.

9.7 – Executar diretamente os serviços contratados, sendo vedada a transferência de responsabilidade ou subcontratação, exceto quando expressamente autorizada pela Administração, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

9.8 – Responder por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão, dolosa ou culposa, durante a execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Administração.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 26 de 39

9.9 – Manter em dia os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações legais relativas à execução do contrato, responsabilizando-se integralmente pelos seus empregados e prepostos.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 – Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas correspondentes no prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento, desde que devidamente atestadas pelo fiscal do contrato designado pela Administração, conforme o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 – A Administração Pública reserva-se o direito de rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados que não estejam em conformidade com as especificações técnicas, níveis de desempenho e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

10.3 – Eventuais irregularidades ou não conformidades identificadas durante a execução dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATADA por escrito, com a devida indicação das falhas constatadas, para que sejam adotadas as providências corretivas no prazo estipulado pela Administração.

10.4 – A Prefeitura Municipal não se responsabilizará por compromissos, obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, comerciais ou danos causados a terceiros, decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA, seus empregados, prepostos ou subordinados, ainda que vinculados à execução do contrato.

10.5 – A fiscalização da execução dos serviços será realizada pela unidade competente ou servidor designado como gestor/fiscal do contrato, que poderá, a qualquer tempo, determinar à CONTRATADA as medidas necessárias para sanar irregularidades e assegurar a conformidade da execução contratual com as exigências estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, pelo contrato e por este Termo de Referência.

11- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Vigência

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 27 de 39

11.1 - A Ata de Registro de Preços, quando formalizada, terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso conforme Art. 84 da Lei 14.133/21.

Reequilíbrio Econômico - Financeiro

11.2 - Os preços registrados, assim como as responsabilidades assumidas pela futura Contratada, serão válidos pelo período de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato da Ata podendo ser prorrogado por igual período de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/21;

11.3 - Os preços registrados na Ata de Registro de Preços variarão:

11.4 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da detentora para justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;

11.5 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

11.6 - Fica facultado a Prefeitura realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela detentora da Ata.

11.7 - A eventual autorização de revisão ou repactuação dos preços contratuais será concedida somente após análise técnica e jurídica da Prefeitura, nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021. A revisão somente produzirá efeitos para os serviços executados após a data do protocolo do pedido de repactuação ou revisão, não se aplicando a serviços já prestados ou em fase de execução.

11.8 - Enquanto as solicitações de revisão ou repactuação estiverem em análise pela Administração, a CONTRATADA deverá manter a regular prestação dos serviços, sem interrupção ou suspensão, sendo os pagamentos realizados com base nos valores contratuais vigentes até a decisão final.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 28 de 39

12 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

12.1 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de sua execução, mediante apresentação da respectiva nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável designado para o acompanhamento e fiscalização contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, no contrato e na proposta da CONTRATADA.

12.2 – Os serviços que apresentarem falhas, vícios ou forem executados em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, no contrato ou na proposta poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a CONTRATADA proceder à correção ou reapresentação no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação formal, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.3 – O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da conformidade, qualidade e integral execução dos serviços contratados, com consequente aceitação mediante termo circunstanciado detalhado, atestado pelo fiscal do contrato.

12.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 29 de 39

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.7 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

12.8 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

12.9 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.11 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 30 de 39

12.12 - A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

12.13 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.14 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.15 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.16 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

12.17 - O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 31 de 39

Forma de pagamento

12.18 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.19 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.20 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.21 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.22 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.23 - A nota fiscal deverá ser preenchida em nome da Prefeitura Municipal de Tarauacá, com sede na Rua Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 – Bairro Centro, Tarauacá-Acre, CEP 69.970-000, CNPJ nº 34.693.564/0001-79, devendo constar no corpo da Nota Fiscal o número do Pregão, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e do Empenho;

12.24 - O pagamento estará condicionado ao atesto da nota fiscal feito pelo(a) servidor nomeado como “fiscal da ata ou contrato”, indicado pela Secretaria de Administração, que terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para encaminhar ao setor financeiro, após análise e aprovação da documentação apresentada pela contratada;

12.25 - Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega no protocolo da CONTRATANTE.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 32 de 39

12.26 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E SUBCONTRATAÇÃO

13.1 – O contrato poderá ser prorrogado após o período inicial de 12 (doze) meses, desde que devidamente justificado pela Administração e mantidas as condições de vantajosidade, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 – As alterações contratuais somente serão admitidas nas hipóteses previstas nos arts. 124 a 137 da Lei nº 14.133/2021, mediante celebração de termo aditivo, com a devida justificativa técnica, jurídica e orçamentária.

13.3 - Fica expressamente vedada a subcontratação, seja total ou parcial, do objeto contratual, não sendo admitida a transferência de responsabilidades a terceiros, direta ou indiretamente, sob qualquer pretexto. A execução deverá ocorrer integralmente pela CONTRATADA, que assumirá plena e exclusiva responsabilidade técnica, administrativa, trabalhista, fiscal e operacional pelo cumprimento das obrigações pactuadas, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste instrumento.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 33 de 39

14- DOS IMPEDIMENTOS

14.1 - É Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme determina o artigo 122, § 3º da Lei n. 14.133/2021.

15 - VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO

15.1 - O contrato, quando formalizado, terá início na data de sua assinatura e término no exercício financeiro, podendo excepcionalmente ser prorrogado por igual período, desde que haja justificativa, disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, e que a contratação ainda permaneça vantajosa para a Administração, conforme art. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, e que seja formalizado através de termo aditivo.

DA EFICÁCIA

15.2. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

15.3. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

15.3.1 - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

15.3.2 - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

16- DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 34 de 39

17 – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

17.1. A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para execução do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, de acordo com o Art. 124, b da lei 14.133/21.

18– DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

19 - PROCEDIMENTOS DE GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

19.3- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

19.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

19.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

19.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

19.7 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 35 de 39

19.8 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

19.8.1 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

19.8.2 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

19.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

19.8.4 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

19.9 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

19.9.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

19.10 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

19.11 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

19.12 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 36 de 39

contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

19.13 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

19.14 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

19.15 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

19.16 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

20 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei 14.133/21, a Contratada que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 37 de 39

20.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, de acordo com o art. 156 da Lei 14.133/21, as seguintes sanções:

I. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II. Multa:

(1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

III. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União,

V. com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

VI. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3 - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

20.4 - As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” E “V” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.5 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei 14.133/21, as empresas ou profissionais que:

20.5.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 38 de 39

20.8 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o órgão ou entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.12 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21- DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

21.1 - O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

21.2 - Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

21.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

21.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

21.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

21.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

22 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

22.1 - As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Página 39 de 39

comproven ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

22.1.1. O(s) atestados deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com quem emitiu o referido documento.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 Conforme disposto no art. 17 do decreto nº 11.462/2013 de 31/03/2023 tratando-se de Registro de preço, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida a para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, pela administração pública.

24 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 - Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais etc., correrão por conta da Contratada;

24.2 - As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

24.3 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata;

24.4 - Quanto ao esclarecimento de dúvidas, poderá ser realizado pela Comissão de Contratação da PMT/TK, sediada na Rua Cel Juvêncio de Menezes, 395 – Centro/ Tarauacá/Ac – sede da Prefeitura, ou através do e-mail: contratacoestk@gmail.com.

Tarauacá/AC, 25 de maio de 2026.

Elaboração e Responsabilidade Técnica:

Aprovação:

MURILO CASEMIRO MARÇAL
Secretaria Municipal de Administração
Unidade Demandante

ENIVALDO GOMES CAVALCANTE DO Ó
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 004/2025



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESPONSÁVEL: ENIVALDO CAVALCANTE GOMES DO Ó
CPF: 164.766.702-04
MATRICULA: 11488

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) a formação de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações e acesso à internet, destinados às unidades administrativas fixas da Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC; solução de conectividade via satélite, com desempenho técnico compatível com tecnologias modernas de baixa latência, para atendimento institucional em localidades remotas, rurais, ribeirinhas ou de difícil acesso, onde inexista infraestrutura terrestre adequada; e, instalação, configuração, fornecimento de equipamentos necessários, suporte técnico, operação, manutenção preventiva e corretiva, visando assegurar conectividade estável, segura e ininterrupta, indispensável à continuidade dos serviços públicos, comunicação institucional e execução das políticas públicas municipais.

1.2 A contratação fundamenta-se na necessidade de garantir infraestrutura tecnológica adequada para suporte aos sistemas corporativos, plataformas governamentais, atividades administrativas e operações de campo do Município, assegurando disponibilidade, integridade e eficiência operacional, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, eficiência, economicidade, transparência e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) é elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 e do Decreto Municipal nº 029/2023, com a finalidade de identificar a solução mais adequada para atender à necessidade de conectividade institucional do Município de Tarauacá/AC.

2.2 A contratação visa atender demanda essencial de infraestrutura tecnológica, mediante prestação de serviços especializados em telecomunicações, consistentes na disponibilização de conectividade via satélite de alta performance, com características técnicas equivalentes às tecnologias de comunicação em órbita baixa (LEO), nas modalidades fixa e móvel, incluindo instalação, fornecimento de equipamentos, suporte técnico, monitoramento, manutenção preventiva e corretiva.

2.3 A referência à tecnologia LEO tem finalidade exclusivamente descritiva, conforme art. 41, I, “d”, da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se quaisquer soluções tecnicamente



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

equivalentes que atendam aos requisitos de capacidade, latência, disponibilidade e mobilidade definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

2.4 A contratação se justifica pela necessidade de assegurar conectividade estável, segura e contínua às unidades administrativas do Município de Tarauacá/AC, condição indispensável para o funcionamento integrado da infraestrutura tecnológica municipal e para o desempenho eficiente das atividades governamentais.

2.5 A continuidade do serviço público depende diretamente do acesso confiável a sistemas corporativos internos e plataformas governamentais federais, estaduais e municipais, bem como da emissão de documentos oficiais, operações financeiras, comunicação institucional, videoconferências, atendimento remoto ao cidadão, gestão de programas sociais, ações de saúde e educação, e demais rotinas administrativas e finalísticas essenciais à execução das políticas públicas.

2.6 Ressalta-se, ainda, que o Município de Tarauacá possui extensa área territorial com regiões rurais, ribeirinhas e de difícil acesso, sendo frequentes as ações públicas em comunidades que dependem de deslocamento fluvial. Em tais localidades, inexistente infraestrutura terrestre de telecomunicações, o que exige solução tecnológica capaz de oferecer conectividade por meio de comunicação via satélite, assegurando que as equipes municipais possam acessar sistemas governamentais, registrar atendimentos em tempo real, transmitir dados operacionais e manter comunicação institucional contínua com a sede administrativa.

2.7 Ademais, a conectividade de campo possibilitará a transmissão e divulgação tempestiva das ações institucionais, permitindo que a população urbana acompanhe, em tempo real, as atividades executadas em comunidades remotas, fortalecendo a transparência, a efetividade das políticas públicas, e a credibilidade das ações governamentais.

2.8 A solução de conectividade será utilizada por todas as secretarias, fundos e órgãos integrantes da estrutura administrativa do Município de Tarauacá/AC, assegurando eficiência operacional, continuidade dos serviços públicos e observância a prazos legais e procedimentais.

2.9 A infraestrutura contratada garantirá acesso estável a sistemas corporativos internos e a plataformas governamentais federais, estaduais e municipais essenciais à execução de políticas públicas e à gestão administrativa, como e-SUS/AB, CNES, SIGEduc, CADÚNICO, SEI, SICONV/TransfereGov, SIAFI, e demais sistemas de informação oficiais utilizados para atendimento à população, execução orçamentária, publicação de atos administrativos, prestação de contas e gerenciamento de programas sociais e de saúde.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2.10 A contratação atende, prioritariamente, ao interesse administrativo de garantir infraestrutura de comunicação estável, segura e de alta disponibilidade no âmbito da sede administrativa do Município e de suas unidades estratégicas, permitindo a continuidade dos serviços públicos, suporte a sistemas oficiais, governança digital, transparência institucional e execução eficiente das políticas públicas.

2.11 De forma complementar — e em decorrência da missão constitucional de promover atendimento universal aos cidadãos — a solução contempla a atuação em áreas remotas, ribeirinhas e indígenas, onde não há conectividade terrestre, viabilizando ações itinerantes, emergenciais, sanitárias e sociais, bem como comunicação institucional em tempo real entre equipes de campo e a estrutura de comando municipal. Tais localidades incluem, entre outras, territórios indígenas como Terra Indígena Rio Gregório e Terra Indígena Alto Tarauacá, conforme amplamente reconhecido em bases públicas oficiais (IBGE, CPI-ACRE, OPITAR, CONAFER).

2.12 Dessa forma, a solução de telecomunicações contratada assegura o funcionamento pleno da administração central e descentralizada, reforçando o princípio da continuidade do serviço público e o dever de planejamento, eficiência, publicidade, economicidade e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.13 Além disso, o município abriga populações indígenas expressivas e aldeias tradicionais, localizadas, entre outras, nas Terras Indígenas Rio Gregório e Alto Tarauacá, compostas por povos Noke Ko'í, Yawanawá, Huni Kui (Kaxinawá), Shanenawa e Ashaninka, cuja localização geográfica, dinâmica sociocultural e regime de isolamento territorial exigem conectividade especializada para assegurar o acesso a serviços essenciais, programas governamentais e ações de atendimento humanitário e institucional.

2.14 A adoção de solução tecnológica capaz de alcançar essas áreas, inclusive por tecnologia satelital de alta performance, mostra-se indispensável para a execução eficiente das políticas públicas e para garantir a continuidade e a universalidade do atendimento estatal à população do município, em conformidade com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, planejamento administrativo e inclusão social.

2.15 Fontes públicas consultadas (anexas ao processo):

- Comissão Pró-Índio do Acre – Terra Indígena Alto Tarauacá: <https://cpiacre.org.br/publicacao-acervo/terra-indigena-alto-tarauaca/>
- Portal Amazônia – Aldeias e etnoturismo no Acre: <https://portalamazonia.com/turismo/etnoturismo-9-aldeias-acreanas-que-atraem-turistas-por-suas-tradicoes-culturais/>
- SEPLAN/AC — População residente total e indígena no Acre e em Tarauacá: <https://seplan.ac.gov.br/populacao-residente-total-e-indigena/>

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- CONAFER — Apoio a comunidades indígenas isoladas atingidas por enchentes em Tarauacá: <https://conafer.org.br/conafer-acre-em-tarauaca-confederacao-socorre-indigenas-atingidos-por-enchentes/>
- O Varadouro — Impacto de cheias em comunidades indígenas do Rio Gregório: <https://ovaradouro.com.br/comunidades-indigenas-voltam-a-ser-impactadas-pelo-transbordo-de-rios/>

2.16 A contratação demonstra-se necessária diante da inexistência, no âmbito municipal, de infraestrutura tecnológica consolidada e capaz de atender às atuais demandas operacionais com os níveis exigidos de disponibilidade, estabilidade, redundância e segurança da informação. As soluções anteriormente contratadas, oriundas de processos licitatórios pretéritos, embora tenham suprido necessidades históricas, tornaram-se tecnicamente insuficientes frente à evolução das demandas digitais, ao aumento do tráfego institucional de dados, à ampliação de sistemas governamentais integrados e ao crescimento das operações remotas e descentralizadas do Município.

2.17 Observa-se que a evolução das plataformas federais e estaduais, a digitalização de processos administrativos, a integração em tempo real entre unidades e a necessidade de suporte contínuo a operações territoriais — inclusive com uso de tecnologias satelitais portáteis — demandam infraestrutura moderna e serviços com maior capacidade técnica. Assim, a presente contratação promove atualização, padronização e ampliação da cobertura, garantindo conectividade robusta tanto para a sede da administração municipal quanto para frentes operacionais em campo, fortalecendo a governança digital, a transparência pública e a continuidade dos serviços essenciais.

2.18 A medida atende ao princípio da continuidade do serviço público e ao dever de planejamento estabelecido no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes de eficiência, modernização administrativa e adoção de soluções tecnológicas atualizadas, assegurando aderência ao interesse público primário e secundário, com foco na eficiência administrativa e na melhoria da prestação dos serviços públicos à sociedade.

2.19 A contratação ora proposta alinha-se diretamente ao interesse público e ao interesse administrativo, uma vez que o provimento de infraestrutura de conectividade estável, segura e moderna constitui condição indispensável para a adequada execução das políticas públicas, para a continuidade administrativa e para o atendimento eficiente ao cidadão.

2.20 A medida assegura:

- a) Maior eficiência operacional dos órgãos municipais;
- b) Padronização e racionalização da infraestrutura tecnológica;
- c) Suporte a sistemas corporativos essenciais e plataformas governamentais;
- d) Comunicação institucional ágil e segura entre secretarias e entes federativos;
- e) Transparência ativa e em tempo real das ações governamentais; e,
- f) Continuidade dos serviços públicos em quaisquer condições geográficas.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2.21 Adicionalmente, a solução proposta contribui para redução de assimetrias digitais no território municipal, permitindo que ações governamentais sejam acompanhadas e operacionalizadas tanto na sede administrativa quanto em comunidades rurais, ribeirinhas e aldeias indígenas — especialmente quando do atendimento à população em áreas remotas, situações emergenciais e campanhas sociais descentralizadas.

2.22 Tal alinhamento reforça o dever constitucional de eficiência (CF, art. 37, caput) e a observância dos princípios da planejamento, economicidade, publicidade, transparência, modernização e continuidade do serviço público, nos termos dos arts. 5º, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.

2.23 Assim, a contratação promove governança pública digital, fortalece o acesso da população aos serviços e informações governamentais e garante infraestrutura tecnológica compatível com a crescente transformação digital no setor público, consolidando ação administrativa estratégica, preventiva e voltada ao atendimento amplo, célere e qualificado da sociedade.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1 A presente contratação não consta em Plano de Contratações Anual (PCA) anterior, considerando que a atual gestão assumiu sem que houvesse PCA estruturado ou implantado, o que torna tecnicamente impossível sua previsão em plano pretérito.

3.2 A Administração Municipal encontra-se em fase de implantação do seu Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, em alinhamento gradual às diretrizes do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 e do Decreto Municipal nº 029/2023, que tratam do planejamento e governança das contratações públicas.

3.3 Assim, a presente demanda está regularmente formalizada, fundamentada e motivada neste Estudo Técnico Preliminar e integra a fase de transição para plena implementação do PCA no âmbito municipal, em observância ao princípio do planejamento e ao regime de transição administrativa previsto na Lei nº 14.133/2021.

3.4 Ressalte-se que, por se tratar de serviço essencial para manutenção da conectividade institucional e continuidade da prestação dos serviços públicos, a contratação não pode aguardar a conclusão e consolidação do PCA 2026, sem risco de prejuízo operacional e administrativo ao Município.

4. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

4.1 A empresa contratada deverá prestar serviços especializados de telecomunicações, abrangendo:

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- a) Fornecimento e disponibilização de link dedicado de internet mediante fibra óptica ou tecnologia equivalente, assegurando alta disponibilidade e estabilidade para unidades administrativas fixas;
- b) Fornecimento de solução de conectividade via satélite de alto desempenho, apta a operar em localidades rurais, ribeirinhas, remotas ou de difícil acesso, incluindo modalidade móvel para atendimento institucional itinerante;
- c) Instalação completa dos equipamentos, dispositivos e infraestrutura necessários ao perfeito funcionamento dos serviços contratados;
- d) Configuração, ativação, testes de desempenho e entrega técnica formal dos serviços contratados;
- e) Suporte técnico presencial e remoto, com prazos de atendimento definidos em contrato e disponibilidade adequada às necessidades da Administração;
- f) Monitoramento ativo da rede e manutenção preventiva e corretiva contínua, garantindo a operação ininterrupta dos serviços;
- g) Garantia de desempenho mínimo, estabilidade, velocidade, latência, disponibilidade (SLA) e segurança da informação, conforme parâmetros estabelecidos no Termo de Referência e legislação aplicável.

4.2 Os serviços deverão assegurar condições operacionais plenas, com padrões mínimos de qualidade, desempenho e continuidade adequados ao serviço público, incluindo requisitos de disponibilidade, velocidade, estabilidade, latência, segurança e suporte técnico.

4.2.1 Os parâmetros técnicos detalhados serão definidos no Termo de Referência, com base nas diretrizes estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, garantindo que a solução contratada atenda às necessidades institucionais, aos princípios da eficiência, continuidade e qualidade do serviço público e às normas aplicáveis ao setor de telecomunicações.

4.3 A contratada será responsável pela instalação, operação e manutenção integral da infraestrutura necessária à execução dos serviços, devendo realizar a entrega técnica formal, com documentação comprobatória contendo modelo, características técnicas, garantia e procedência dos equipamentos.

4.3.1 Os equipamentos destinados à prestação do serviço deverão estar registrados, faturados e devidamente vinculados juridicamente à empresa contratada, sendo vedada a sublocação, cessão, empréstimo, comodato ou utilização de equipamentos pertencentes a terceiros, salvo quando formalmente autorizada pela Administração, desde que garantida continuidade e integridade do serviço.

4.3.2 A contratada deverá comprovar a propriedade, posse legítima ou contrato formal direto com o fornecedor, com faturamento em nome da empresa, assegurando habilitação técnica, regularidade operacional e autonomia para prestação contínua do serviço.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.3.3 A eventual inadimplência ou suspensão de equipamentos ou serviços de terceiros utilizados pela contratada não eximirá a empresa da responsabilidade e do dever de continuidade do serviço, sob pena de aplicação das penalidades legais e contratuais.

4.4 Considerando que os equipamentos satelitais destinados à conectividade móvel possuem natureza itinerante e elevado valor agregado, a contratada deverá disponibilizá-los à Administração sob regime de comodato operacional, permanecendo sob sua propriedade e responsabilidade técnica.

4.4.1 Quando em uso fora das instalações fixas do Município, os equipamentos deverão ser entregues a servidores designados mediante Termo de Cautela, garantindo:

- a) Identificação do responsável pelo uso;
- b) Finalidade e localidade da operação;
- c) Prazo previsto de utilização;
- d) Condições de devolução;
- e) Responsabilidade por danos ou extravio, salvo caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

4.4.2 A contratada permanecerá responsável pela integridade, substituição e manutenção dos equipamentos durante toda a vigência contratual, sem prejuízo da responsabilidade administrativa do agente público designado pelo uso direto do bem, quando aplicável.

4.5 A contratada responderá integralmente por eventuais falhas, interrupções indevidas, vícios técnicos e demais não conformidades, devendo adotar medidas corretivas às suas expensas, conforme previsto no contrato, no Código Civil e na legislação de defesa do consumidor, quando aplicável.

4.6 A contratada deverá manter representante técnico/preposto para atendimento à Administração durante toda a vigência do contrato, com capacidade de decisão operacional e acompanhamento da execução.

4.7 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da legislação aplicável.

4.8 Da Capacidade Técnica:

4.8.1 A solução demandada requer a contratação de empresa com capacidade técnica e operacional comprovada, detentora de experiência na execução de serviços de engenharia em telecomunicações, abrangendo a instalação, manutenção e gerenciamento de links dedicados de internet por fibra óptica e conectividade via satélite de alta performance.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.8.2 É imprescindível que a futura contratada disponha de corpo técnico próprio composto por engenheiros e profissionais habilitados na área de telecomunicações, devidamente registrados nos conselhos de classe competentes, aptos a assegurar a implementação, operação, suporte técnico especializado e gerenciamento contínuo do serviço, com vistas a garantir eficiência, estabilidade, disponibilidade e qualidade da conexão.

4.8.3 Os requisitos técnicos aqui descritos visam assegurar a confiabilidade da infraestrutura de comunicação de dados e a continuidade dos serviços públicos municipais, observando os padrões regulatórios da Anatel, bem como os princípios da planejamento, eficiência e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.8.4 A contratada deverá possuir autorização ou registro emitido pela ANATEL ou comprovar situação jurídica que a habilite a operar serviços de telecomunicações, conforme o serviço objeto da contratação, bem como apresentar documento que comprove sua regularidade junto à ANATEL ou condição de dispensa regulatória.

4.9 Acompanhamento técnico e aceite dos serviços:

4.9.1 A execução dos serviços demandados requer acompanhamento técnico contínuo por parte da Administração, mediante designação formal de equipe de fiscalização vinculada à Secretaria Municipal de Administração, composta por servidores com conhecimento compatível com o objeto.

4.9.2 Compete a essa equipe o monitoramento da conformidade técnica, a verificação dos indicadores de desempenho, a validação das entregas e o registro sistemático das ocorrências contratuais, assegurando que os resultados pactuados sejam efetivamente alcançados.

4.9.3 O processo de aceite dos serviços deverá ocorrer somente após a comprovação de atendimento integral aos padrões de desempenho e qualidade previstos nos documentos técnicos e contratuais, observando-se as diretrizes estabelecidas nos arts. 7º, 8º e 11 do Decreto Federal nº 11.246/2022, bem como nos arts. 67 e 117 da Lei nº 14.133/2021, que tratam da fiscalização e da responsabilidade pela execução contratual.

4.9.4 Na hipótese de inexistência de corpo técnico próprio com formação compatível com o objeto, a Administração poderá contratar empresa ou profissional especializado para prestar apoio técnico à fiscalização, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Essa contratação terá caráter instrumental e acessório, visando subsidiar o representante designado da Administração na verificação da conformidade técnica, sem transferência da responsabilidade pela fiscalização, que permanece sob competência do agente público formalmente designado.

4.10 Prestação escalonada dos serviços

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.10.1 A execução dos serviços de conectividade poderá ocorrer de forma escalonada e progressiva, em conformidade com as necessidades operacionais das Secretarias Municipais, a disponibilidade orçamentária e o planejamento de expansão da infraestrutura de comunicação do Município.

4.10.2 Essa forma de execução visa otimizar recursos públicos, permitir implantação gradual das unidades beneficiadas e assegurar a continuidade dos serviços essenciais, evitando interrupções durante a transição entre etapas.

4.10.3 O cronograma de instalação e manutenção deverá ser ajustável conforme solicitação formal da Administração, resguardada a observância das metas e prioridades definidas nos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) e nas diretrizes de execução contratual previstas nos arts. 11, 18, 40 e 104 da Lei nº 14.133/2021.

4.11 Responsabilidade e prazos de correção de falhas

4.11.1 A solução contratada pressupõe responsabilidade integral e contínua da futura contratada pela qualidade, estabilidade e disponibilidade do serviço prestado, abrangendo todas as etapas de operação, manutenção e suporte técnico.

4.11.2 Em caso de falhas, interrupções, degradação de desempenho ou inconsistências técnicas detectadas pela fiscalização, a contratada deverá providenciar as correções de forma imediata e eficaz, sem ônus adicional ao Município, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da notificação formal, incluindo o deslocamento de equipe técnica, substituição ou reposição de equipamentos, e demais providências necessárias à restauração integral da funcionalidade.

4.11.3 A exigência de correção tempestiva e sem custo adicional fundamenta-se nos arts. 69 e 117 da Lei nº 14.133/2021, que tratam da responsabilidade da contratada pela adequada execução do contrato e da fiscalização administrativa da execução, bem como nos arts. 186 e 927 do Código Civil, que impõem a responsabilidade objetiva por danos decorrentes de falha na prestação de serviços.

4.12 Relatórios de fiscalização e registro de ocorrências

4.12.1 Durante a execução contratual, todas as atividades de acompanhamento e fiscalização deverão ser formalmente registradas pelo representante da Administração designado como fiscal do contrato, com apoio da equipe técnica responsável.

4.12.2 Os registros deverão conter a data, descrição do evento, análise da conformidade técnica, providências adotadas e resultados obtidos, compondo histórico documental que assegure rastreabilidade e transparência na execução.

4.12.3 Deverão ser elaborados relatórios periódicos de fiscalização, encaminhados à autoridade competente para conhecimento e deliberação, nos termos dos arts. 117 e 118

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 7º a 11 do Decreto Federal nº 11.246/2022, que tratam da obrigatoriedade de controle, acompanhamento e registro das ocorrências contratuais.

4.12.4 A identificação de não conformidades, falhas recorrentes ou descumprimentos técnicos deverá ser registrada e comunicada formalmente à autoridade superior, podendo ensejar aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme legislação vigente e cláusulas contratuais específicas.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1 A estimativa de consumo foi elaborada com base no levantamento realizado junto às Secretarias Municipais e unidades administrativas, considerando a demanda atual e a ampliação necessária para atendimento adequado das atividades institucionais, especialmente em localidades rurais e remotas.

5.2 A demanda estimada contempla um grupo de serviço, estruturado por natureza tecnológica e utilização operacional:

- a) Conectividade satelital de baixa órbita (LEO): Equipamentos e planos contratados para cobertura em áreas remotas, incluindo soluções móveis para atendimento itinerante, emergências e ações sociais descentralizadas.

5.3 A quantidade estimada para consumação imediata e para registro de preços reflete a necessidade de atendimento de todas as secretarias e equipamentos públicos, garantindo continuidade administrativa e expansão de cobertura.

5.4 A estimativa consolidada de unidades necessárias por exercício é apresentada no quadro a seguir:

LOTE - CONECTIVIDADE MÓVEL E SATELITAL (TECNOLOGIA LEO DE ALTA PERFORMANCE)					
Prestação de serviços de conectividade via satélite de órbita baixa (LEO) para uso fixo e móvel, interligado à rede de satélites de alta performance, incluindo fornecimento de antenas e equipamentos necessários, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, substituição de equipamentos defeituosos e gerenciamento ativo da rede, com cobertura em áreas urbanas e remotas do município.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PERÍODO CONSUMO	QTD PREVISTA PARA CONSUMO	QTD PREVISTA PARA REGISTRO
1	Serviço de comunicação via satélite de orbita baixa (LEO), com uso da rede de satélites interconectados	SERVIÇO MENSAL	12 MESES	22	47

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	<p>STARLINK MÓVEL. Descrição: Plano de dados conhecida no mercado como empresarial ou corporativa, Móvel Prioritário, franquia mínima de 50 GB (cinquenta) Byte, com locação de equipamento de alto desempenho (consignação), necessários à execução do serviço, suporte técnico, manutenção e substituição dos equipamentos defeituosos. Dados ilimitados em áreas continentais; uso em movimento; prioridade de rede; dados móveis ilimitados.</p>				
2	<p>Serviço de comunicação via satélite de orbita baixa (LEO), com uso da rede de satélites interconectados STARLINK FIXA. Descrição: Plano de dados conhecida no mercado como empresarial ou corporativa, Fixa, Prioritário, franquia mínima de 50 GB (cinquenta) Byte, com locação de equipamento de alto desempenho (consignação), necessários à execução do serviço, suporte técnico, manutenção e substituição dos equipamentos defeituosos. Dados ilimitados em áreas continentais; uso em movimento; prioridade de rede; dados móveis ilimitados.</p>	SERVIÇO MENSAL	12 MESES	102	145

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

5.5 O lote fundamenta-se em critérios técnicos e operacionais, conforme o art. 41, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, visando adequar a solução contratual às diferentes infraestruturas de conectividade existentes no Município de Tarauacá via satelital (LEO).

5.6 A contratação será por menor preço por lote, considerando que o conjunto dos serviços de cada lote apresenta características técnicas específicas e interdependentes, cuja fragmentação inviabilizaria o controle e a padronização da rede municipal de comunicação de dados.

5.7 A distribuição dos pontos obedecerá à previsão por secretaria, conforme as informações abaixo relacionadas. Após a revisão técnica das planilhas setoriais, constatou-se a necessidade de ajuste dos quantitativos previstos para registro, em razão de inconsistências entre os dados originais da cotação e o cenário atualizado de uso efetivo nas secretarias demandantes.

5.7.1 Os novos quantitativos consolidados ficaram assim definidos:

LOTE - CONECTIVIDADE MÓVEL E SATELITAL (TECNOLOGIA LEO DE ALTA PERFORMANCE)				
Secretaria	Tecnologia LEO de Alta Performance Móvel (Consumo)	Tecnologia LEO de Alta Performance Móvel (Registro)	Tecnologia LEO de Alta Performance Fixa (Consumo)	Tecnologia LEO de Alta Performance Fixa (Registro)
Administração	4	5	3	6
Agricultura	1	3	1	3
Cultura, Turismo e Inovação	1	3	1	3
Comunicação	1	2	0	2
Educação	4	6	94	120
Esporte e Lazer	1	2	0	1
Meio Ambiente	1	5	0	1
Obras e Serviços Urbanos	1	5	0	1
Promoção Social	4	8	0	2
Saúde	4	8	3	6
Total	22	47	102	145

5.7.2 As quantidades consideradas para registro poderão ser superiores às inicialmente cotadas, por se tratar de procedimento realizado sob o regime de Ata de Registro de Preços, conforme o art. 82, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

5.7.3 A diferença entre os quantitativos de consumo (utilizados na pesquisa de preços) e os quantitativos de registro tem por finalidade garantir reserva técnica para contratações adicionais decorrentes de adesões internas, ampliações de rede, substituição de equipamentos ou inclusão de novas unidades administrativas, como é o caso da Secretaria Municipal de Comunicação, cuja demanda por conectividade móvel foi identificada durante a consolidação final do Estudo Técnico Preliminar.

5.7.4 O ajuste dos quantitativos reflete a necessidade de manter flexibilidade operacional diante da natureza estratégica da conectividade municipal, os serviços de conectividade satelital. No caso da Secretaria de Comunicação, optou-se por sua inclusão exclusiva no Lote de conectividade satelital, em razão de sua atuação itinerante e da necessidade de acesso remoto em eventos e transmissões públicas.

5.7.5 Em especial, o serviço de comunicação via satélite de órbita baixa (LEO) é fundamental para assegurar a continuidade das atividades administrativas, culturais e de comunicação institucional em regiões de difícil acesso, notadamente durante eventos e ações em campo, o que inclui a cobertura de festividades, campanhas e atividades oficiais.

5.7.6 A medida observa o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que admite a previsão de quantitativos superiores desde que devidamente motivada, e encontra amparo nas diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que recomenda dimensionamento flexível em contratações que envolvam infraestrutura tecnológica, serviços de conectividade e continuidade administrativa.

5.7.7 Importa destacar que a estimativa financeira e a média orçamentária foram recalculadas em decorrência do ajuste dos quantitativos de registro, uma vez que a ampliação das quantidades estimadas — inclusive para contemplar a nova unidade demandante — impacta diretamente o valor médio ponderado apurado na pesquisa de preços.

5.7.8 Embora a cotação tenha permanecido referenciada nos quantitativos de consumo efetivo, a média final do valor estimado passou a refletir o novo quantitativo total registrado, em observância ao princípio da realidade orçamentária e à coerência entre planejamento e execução, conforme previsto no art. 18, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

5.7.9 O ajuste visa preservar a exequibilidade econômica do certame e a compatibilidade entre o volume potencial de contratações e a estimativa financeira global, evitando distorções nos valores de referência e assegurando a fidedignidade do planejamento orçamentário da Administração, além de garantir que a Secretaria Municipal de Comunicação disponha de infraestrutura adequada para execução de suas funções estratégicas de divulgação institucional e cobertura de eventos públicos.

6. JUSTIFICATIVA



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

6.1 A presente contratação visa atender à necessidade das diversas Secretarias Municipais de Tarauacá/AC de dispor de infraestrutura de conectividade estável, segura e de alta performance, por meio da contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de telecomunicações para fornecimento e manutenção de links dedicados de internet via fibra óptica e via satélite de órbita baixa (LEO), em modalidades fixa e móvel.

6.2 A medida está alinhada às diretrizes do planejamento estratégico municipal, que prioriza a modernização administrativa, a digitalização de processos e a ampliação do acesso à informação, e observa o disposto nos arts. 18, 40 e 41 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que regulamenta a elaboração do Estudo Técnico Preliminar.

6.3 A seguir, são apresentadas as justificativas específicas de cada Secretaria demandante.

6.3.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

A Secretaria Municipal de Administração exerce papel estratégico na coordenação central dos sistemas administrativos, tecnológicos e de comunicação institucional do Município de Tarauacá, sendo responsável por garantir a integração e o funcionamento contínuo das plataformas que sustentam a gestão pública municipal.

A contratação de serviços de conectividade de alta capacidade, por meio de link dedicado e serviço de comunicação via satélite de órbita baixa (LEO), em modalidades fixa e móvel, revela-se essencial à continuidade, eficiência e segurança das atividades administrativas, em especial diante da crescente digitalização dos processos e da interligação de plataformas governamentais que demandam infraestrutura tecnológica robusta, estável e resiliente.

Tal medida visa assegurar estabilidade e alta disponibilidade das plataformas de gestão pública, garantindo o acesso ininterrupto aos sistemas oficiais integrados e a comunicação contínua entre as unidades descentralizadas da Administração Municipal, em conformidade com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e modernização da gestão, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, e nos arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.

A coexistência das duas tecnologias — terrestre e satelital — proporciona redundância operacional, de modo que em caso de falha ou oscilação na rede terrestre, a conectividade via satélite assegura a manutenção dos serviços críticos, e vice-versa. Essa resiliência tecnológica é indispensável ao pleno funcionamento dos sistemas corporativos e institucionais utilizados pela Administração, como Betha Sistemas, SIGA, LICON (Tribunal de Contas do Estado do Acre), ComprasGov, Painel Nacional de Compras Públicas, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Painel de Preços do Governo Federal e demais plataformas de gestão, transparência e controle.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Dessa forma, a contratação proposta constitui investimento estruturante para a Administração Municipal, assegurando conectividade contínua, segurança informacional, eficiência administrativa e suporte tecnológico essencial à governança pública, alinhada às diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que orienta o planejamento e a execução das contratações públicas com base em fundamentos técnicos, jurídicos e operacionais.

6.3.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA:

A Secretaria Municipal de Agricultura desempenha papel estratégico no desenvolvimento rural sustentável, no apoio técnico aos produtores locais e na execução de políticas públicas voltadas à segurança alimentar, inovação agrícola e fortalecimento da economia rural. Essas atribuições demandam infraestrutura tecnológica estável, segura e de alta capacidade, capaz de garantir a comunicação contínua entre as equipes de campo, a sede administrativa e os órgãos parceiros.

Considerando o aumento expressivo no uso de sistemas informatizados, plataformas digitais e ferramentas de monitoramento agroambiental, torna-se imprescindível a contratação de serviços de conectividade que assegurem desempenho técnico, estabilidade e disponibilidade ininterrupta, permitindo a integração entre sistemas de gestão agropecuária, fiscalização sanitária, controle de estoques, meteorologia e rastreabilidade da produção.

A adoção de link dedicado possibilitará maior estabilidade, velocidade simétrica e confiabilidade na transmissão de dados, atendendo às necessidades administrativas e técnicas da Secretaria, especialmente nas rotinas de planejamento, relatórios, gestão orçamentária e comunicação com instituições públicas estaduais e federais.

De forma complementar, a adoção de conectividade via satélite de órbita baixa (LEO – Low Earth Orbit), nas modalidades fixa e móvel, é crucial para superar barreiras geográficas e logísticas enfrentadas pela agricultura municipal, sobretudo em regiões rurais e remotas onde a infraestrutura tradicional (fibra ou rádio) é inexistente ou tecnicamente inviável. Essa tecnologia, de alta velocidade e baixa latência, representa um marco na transformação digital do campo, ampliando a capacidade de atuação da Secretaria e a inclusão digital dos produtores.

Os principais benefícios da conectividade LEO para a gestão agrícola municipal incluem:

- a) Comunicação eficiente com produtores rurais, permitindo o envio imediato de avisos sobre políticas públicas, programas de incentivo, previsões meteorológicas e alertas fitossanitários, mesmo em localidades isoladas;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- b) Gestão e monitoramento de safras em tempo real, com uso de tecnologias de agricultura de precisão, como sensores, drones e imagens de satélite, viabilizando o acompanhamento remoto das lavouras, irrigação inteligente e previsões de produtividade;
- c) Otimização das políticas públicas e dos recursos municipais, com base em dados precisos que permitem caracterizar a demanda e formular ações mais assertivas, reduzindo custos e desperdícios;
- d) Capacitação e acesso à informação, com oferta de cursos online, pesquisas técnicas da Embrapa e outras instituições, incentivando a adoção de práticas sustentáveis e inovadoras;
- e) Gestão de estoques e logística aprimorada, mediante monitoramento remoto de insumos e coordenação da distribuição e escoamento da produção, fortalecendo a eficiência da cadeia produtiva;
- f) Inclusão digital no campo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais, tradicionalmente excluídas da infraestrutura de internet.

A integração entre link dedicado e conectividade LEO também garante redundância e segurança operacional, assegurando a continuidade dos serviços mesmo em caso de falhas em uma das redes. Essa estrutura tecnológica está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público (art. 37, caput, da Constituição Federal), com os arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, e com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que preconiza a adoção de soluções tecnológicas inovadoras e sustentáveis para o aprimoramento da gestão pública.

Assim, a contratação proposta representa investimento estruturante na modernização da agricultura municipal, assegurando conectividade, transformação digital, fortalecimento da produção familiar e ampliação da capacidade institucional da Secretaria Municipal de Agricultura, em benefício direto dos produtores e do desenvolvimento econômico e social do Município de Tarauacá/AC.

6.3.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E INOVAÇÃO:

A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Inovação tem como missão promover o fortalecimento das expressões culturais, o fomento ao turismo sustentável e a valorização do patrimônio material e imaterial do município de Tarauacá. Nesse contexto, a conectividade estável, de alta velocidade e com ampla cobertura territorial tornou-se requisito indispensável para o desenvolvimento das atividades administrativas, culturais e turísticas, além de ser ferramenta estratégica para a inclusão digital e a inovação social.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A contratação de serviços de telecomunicações com link dedicado e tecnologia de conectividade via satélite de órbita baixa (LEO – Low Earth Orbit), nas modalidades fixa e móvel, visa garantir o funcionamento contínuo e seguro das operações da Secretaria e de suas ações descentralizadas, assegurando comunicação eficiente, gestão integrada e difusão cultural em tempo real.

Na sede da Secretaria, o link dedicado é essencial para garantir a estabilidade e a segurança das rotinas administrativas, viabilizando a comunicação com órgãos parceiros, o acesso a sistemas institucionais de gestão cultural, o desenvolvimento de projetos, a atualização de plataformas digitais e a produção de conteúdo voltado à divulgação das políticas culturais e turísticas. Essa conectividade de alta capacidade assegura eficiência administrativa, redução de falhas operacionais e continuidade das atividades essenciais.

De forma complementar, a internet móvel de tecnologia LEO é imprescindível para atender às demandas dos eventos culturais e turísticos realizados em diferentes espaços do município, especialmente aqueles situados em locais sem infraestrutura convencional de telecomunicações — como o Festival da Praia, realizado às margens do Rio Tarauacá, onde não há cobertura de internet terrestre.

Durante a edição mais recente do evento, foi identificada a necessidade premente de comunicação entre as equipes organizadoras, imprensa, segurança pública, saúde e logística, o que reforçou a importância de dispor de conectividade móvel e estável para garantir o bom andamento das atividades e a segurança dos participantes.

A tecnologia satelital LEO oferece mobilidade, cobertura e desempenho adequados para garantir conectividade nessas situações, além de possibilitar a transmissão ao vivo, cobertura em tempo real, comunicação entre as equipes e divulgação institucional dos eventos, ampliando o alcance das ações culturais e fortalecendo a imagem do município.

Entre os eventos beneficiados pela infraestrutura proposta destacam-se o Festival da Praia, o Festival do Abacaxi, a Expo Tarauacá, o Carnaval e as comemorações do Aniversário da Cidade. A conectividade portátil e estável permitirá apoio técnico às equipes organizadoras, cobertura jornalística, interação com o público e divulgação online, fortalecendo o turismo local e regional.

Impacto sobre os Povos Originários e o Etnoturismo: A adoção da conectividade via satélite LEO também tem papel fundamental na valorização das culturas indígenas e tradicionais, promovendo inclusão digital, protagonismo comunicacional e intercâmbio cultural com o restante do país.

Entre os principais benefícios destacam-se:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- a) Visibilidade e engajamento sociocultural: as comunidades podem compartilhar suas tradições, rituais e saberes por meio das redes digitais, fortalecendo o sentimento de identidade e pertencimento;
- b) Fortalecimento cultural e preservação de saberes: a conectividade possibilita o registro e catalogação de práticas, músicas, artes e línguas tradicionais, contribuindo para a salvaguarda do patrimônio imaterial;
- c) Empoderamento econômico e autonomia: o acesso à internet viabiliza a comercialização direta de produtos e experiências culturais, fortalecendo o turismo de base comunitária e o artesanato indígena;
- d) Promoção do etnoturismo e do turismo sustentável: a divulgação online de experiências em aldeias, como o Festival Yawanawá, amplia a visibilidade do calendário turístico acreano e promove o intercâmbio entre culturas.

Impacto na Gestão Cultural e no Turismo Local: A conectividade LEO contribuirá ainda para:

- a) Gestão e logística eficiente dos eventos, com comunicação integrada entre as equipes, fornecedores e serviços públicos de apoio;
- b) Melhoria da infraestrutura de atendimento ao turista, com suporte a pagamentos eletrônicos e comunicação entre as equipes de segurança e saúde;
- c) Promoção digital do turismo local, com transmissão de eventos e fortalecimento da imagem de Tarauacá como destino de cultura, natureza e hospitalidade;
- d) Estímulo à inovação e ao empreendedorismo criativo, viabilizando novos projetos digitais e oportunidades econômicas no setor cultural e turístico.

A medida está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade e inovação da administração pública (art. 37, caput, da Constituição Federal), aos arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, à Lei nº 13.018/2014 (Política Nacional de Cultura Viva) e às diretrizes da IN SEGES/ME nº 58/2022, que preconiza a adoção de soluções tecnológicas inovadoras e sustentáveis para o aprimoramento da gestão pública.

Dessa forma, a contratação de link dedicado e conectividade satelital LEO móvel constitui ação estruturante e inovadora, indispensável à modernização da gestão cultural e turística do município, à inclusão digital e valorização dos povos originários, e à promoção da cultura e do turismo de Tarauacá em nível regional e nacional, consolidando o município como referência amazônica em políticas públicas de cultura, turismo e inovação tecnológica.

A medida, portanto, traduz na prática o componente “Inovação” que integra a própria identidade institucional da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Inovação, ao empregar soluções tecnológicas de conectividade via satélite LEO (Low Earth Orbit) para promover acesso remoto, inclusão digital, visibilidade cultural e desenvolvimento sustentável.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A utilização dessa tecnologia inovadora durante eventos culturais, turísticos e, especialmente, nas festividades dos povos originários, representa uma virada tecnológica na gestão pública local, permitindo transmissão ao vivo, documentação audiovisual, integração interinstitucional e democratização do acesso à informação.

Mais do que garantir conectividade, a adoção dessa infraestrutura simboliza a inserção definitiva da cultura tarauacaense na era digital, fortalecendo a imagem do Município como referência amazônica em inovação cultural, turismo inteligente e valorização das identidades tradicionais por meio da tecnologia.

Assim, a presente contratação não apenas atende às necessidades operacionais da Secretaria, mas também materializa a essência de sua missão institucional, integrando cultura, turismo e inovação tecnológica como pilares de uma política pública moderna, inclusiva e voltada à transformação social de Tarauacá.

6.3.4 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Comunicação (SECOM) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento e execução da política de comunicação institucional do Município de Tarauacá, desempenhando papel estratégico na difusão de informações oficiais, na promoção da transparência pública e na construção da imagem positiva da Administração Municipal.

Compete à SECOM, entre outras atribuições, a publicação dos atos oficiais e das ações do Poder Executivo, a produção e veiculação de matérias jornalísticas, vídeos e campanhas educativas, o acompanhamento de solenidades e eventos institucionais, a criação de materiais gráficos e digitais, o relacionamento com a imprensa, e o cerimonial e protocolo dos eventos públicos do Município, conforme disposições administrativas vigentes e informações oficiais constantes do portal da Prefeitura de Tarauacá (tarauaca.ac.gov.br).

Essas atividades exigem infraestrutura tecnológica moderna e de alta performance, capaz de suportar operações simultâneas de edição de vídeos, diagramação de peças publicitárias, transmissões ao vivo, produção audiovisual e atualização em tempo real dos canais institucionais, incluindo o site oficial e as redes sociais da Prefeitura.

Embora a Secretaria esteja fisicamente localizada no mesmo prédio da Administração Municipal — que já é atendido pelo link dedicado —, suas atribuições externas e descentralizadas demandam conectividade móvel e independente, a fim de garantir a agilidade e continuidade das comunicações institucionais durante a realização de eventos, campanhas, festividades, inaugurações e ações intersecretariais.

A inclusão da SECOM no Lote 02 deste Estudo Técnico Preliminar, correspondente à conectividade via satélite de órbita baixa (LEO – Low Earth Orbit), é plenamente justificada, pois essa tecnologia proporciona mobilidade operacional, cobertura territorial ampla e baixa



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

latência, características indispensáveis para o desempenho das funções estratégicas da Secretaria.

Relevância Técnica e Operacional da Conectividade LEO para a SECOM:

- a) Cobertura integral do território municipal: a internet via satélite LEO assegura conectividade estável em todas as localidades de Tarauacá, inclusive zonas rurais, comunidades ribeirinhas e áreas de difícil acesso, viabilizando que a Secretaria mantenha a comunicação institucional ativa durante eventos como o Festival da Praia, Festival do Abacaxi, Expo Tarauacá e o Aniversário da Cidade, onde a infraestrutura terrestre é precária ou inexistente.
- b) Suporte à comunicação intersecretarial: a SECOM atua de forma transversal, recebendo, editando e publicando matérias produzidas pelas demais secretarias. Em situações em que os colaboradores da Comunicação estão em eventos distintos — por exemplo, enquanto uma equipe cobre uma inauguração urbana, outra recebe material de ações da Secretaria de Saúde no Gregório —, a conectividade satelital é essencial para baixar, editar e publicar conteúdos em tempo real, assegurando que a informação pública alcance a população com celeridade e precisão.
- c) Eficiência na produção multimídia: as atividades de edição de vídeo, renderização de imagens, gravação de áudio e upload de arquivos pesados requerem largura de banda constante e conexão estável. A tecnologia LEO oferece desempenho técnico superior, garantindo qualidade profissional das publicações e das transmissões oficiais.
- d) Transparência e acesso à informação: a conectividade confiável permite atualizações imediatas do site institucional e das redes sociais oficiais, ampliando o alcance das informações públicas e cumprindo o dever de transparência ativa, previsto no art. 8º da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
- e) Inovação e modernização administrativa: a adoção da conectividade LEO alinha-se ao próprio eixo de “Inovação” que compõe a nomenclatura da Secretaria, representando o uso de soluções tecnológicas avançadas para fortalecer a comunicação governamental, otimizar fluxos de trabalho e integrar ferramentas digitais à governança pública municipal.

A presente justificativa encontra fundamento nos arts. 11, 18, 40, 41 e 82 da Lei nº 14.133/2021, que orientam a Administração Pública a adotar soluções inovadoras e tecnicamente justificadas para atender ao interesse público com eficiência e economicidade, bem como no art. 37, caput, da Constituição Federal, que estabelece os princípios da publicidade, eficiência e moralidade como pilares da atuação administrativa.

A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, em seus arts. 4º e 5º, reforça a necessidade de dimensionamento flexível e compatível com as características técnicas do objeto, especialmente em contratações que envolvem serviços tecnológicos e de conectividade



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

essencial à continuidade das atividades públicas, o que se aplica integralmente à presente demanda.

Dessa forma, a inclusão da Secretaria Municipal de Comunicação no Lote 02 – Conectividade Satelital Móvel (LEO) é plenamente justificada, configurando medida tecnicamente adequada, juridicamente respaldada e operacionalmente indispensável para a eficiência das ações comunicacionais, a transparência das políticas públicas e a presença digital contínua do Município de Tarauacá, inclusive nas localidades mais afastadas do perímetro urbano.

6.3.5 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação (SEME) exerce papel central na coordenação da rede pública de ensino do Município de Tarauacá, sendo responsável pela execução das políticas educacionais, pela formação continuada de professores, pelo acompanhamento pedagógico e pela integração com os sistemas estaduais e federais de gestão escolar. Nesse contexto, o acesso à internet constitui instrumento essencial para a gestão administrativa, pedagógica e tecnológica, representando infraestrutura básica para a modernização da educação pública e a promoção da inclusão digital.

A progressiva digitalização dos processos educacionais impõe a necessidade de conectividade estável, segura e de alta velocidade, indispensável para o funcionamento pleno de sistemas oficiais como SIGEduc, e-MEC, SIMEC, PDDE Interativo e Plataforma +Brasil, bem como para a comunicação institucional com o Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Secretaria Estadual de Educação do Acre (SEE/AC). A ausência de conectividade adequada compromete a tramitação de documentos, a execução de programas educacionais, a realização de formações docentes e a transparência das ações da gestão educacional.

Com base no levantamento técnico realizado, identificou-se a necessidade de prover conexões de alto desempenho em pontos estratégicos — notadamente na sede da Secretaria Municipal de Educação (SEME) e na Casa dos Conselhos — e ampliar a cobertura de internet para as unidades escolares urbanas, rurais e indígenas. Para tanto, propõe-se a adoção de serviços de conectividade via satélite de órbita baixa (LEO – Low Earth Orbit), de modo a assegurar estabilidade, desempenho e cobertura integral, compatíveis com a crescente demanda por dados e serviços educacionais digitais.

A SEME, enquanto órgão gestor, demanda conectividade contínua e de alto desempenho para operar simultaneamente diversos sistemas administrativos, realizar reuniões interinstitucionais e monitorar as ações pedagógicas em toda a rede. Já a Casa dos Conselhos, espaço de deliberação e participação social, abriga reuniões de conselhos ligados à educação, cultura e assistência social, e necessita de estrutura tecnológica adequada para encontros híbridos, consulta a plataformas oficiais e elaboração de documentos em tempo real.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Relevância Técnica e Educacional da Conectividade LEO

A implementação da tecnologia LEO na rede municipal de ensino constitui medida estratégica e transformadora, especialmente em um território amazônico de vasta extensão e predominância rural como Tarauacá. A conectividade móvel e fixa via satélite de baixa órbita é capaz de superar as barreiras geográficas e logísticas impostas pela carência de infraestrutura terrestre, promovendo inclusão digital e equidade educacional para alunos, professores e gestores escolares.

A iniciativa está alinhada às diretrizes da política nacional de conectividade educacional, ao Programa Educação Conectada (MEC/FNDE) e às ações do Governo do Estado do Acre para expansão da internet escolar, atuando como medida complementar e suplementar àquelas políticas, em observância ao art. 211 da Constituição Federal e ao regime de cooperação entre os entes federativos.

Principais Benefícios Operacionais e Educacionais

a) Universalização do Acesso:

A tecnologia LEO é ideal para comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas onde não há cobertura terrestre, garantindo conectividade contínua e possibilitando a execução das atividades administrativas e pedagógicas em todas as escolas municipais.

b) Gestão Educacional Integrada:

Permite à SEME monitorar a rede de ensino em tempo real, acompanhar frequência, matrículas e desempenho escolar, além de integrar-se aos sistemas federais e estaduais de gestão educacional.

c) Acesso a Recursos Pedagógicos Digitais:

Professores e alunos terão acesso a plataformas educacionais, bibliotecas virtuais, vídeos didáticos e ambientes de aprendizagem remota, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e tornando-o mais interativo e inclusivo.

d) Formação Continuada de Docentes:

Viabiliza capacitações online e intercâmbios com outras redes de ensino, fortalecendo as práticas pedagógicas e o desenvolvimento profissional.

e) Redução das Desigualdades Educacionais:

Ao assegurar conectividade de qualidade a todas as escolas, o Município promove equidade no acesso ao conhecimento e reduz o fosso digital entre áreas urbanas e isoladas.

f) Continuidade das Aulas e Ensino Híbrido:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Durante períodos de alagação, estiagem prolongada ou restrições logísticas, a internet LEO assegura a continuidade das aulas de forma remota ou híbrida, evitando prejuízos pedagógicos.

g) Fomento ao Letramento Digital:

O uso cotidiano da tecnologia fortalece as competências digitais de professores e estudantes, em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4 e 9) da Agenda 2030 da ONU.

Diagnóstico Local de Conectividade

De acordo com o portal QEdu (dados do Censo Escolar/INEP) e o Plano Municipal de Educação – Relatório PME/TCE 2022, o Município de Tarauacá possui:

- a) 84 escolas municipais, sendo 68 na zona rural e 16 na zona urbana;
- b) 27 escolas municipais em comunidades indígenas (povos Huni Kuĩ, Noke Koi, Yawanawá, Ashaninka e Shanenawa);
- c) Mais de 12 mil alunos distribuídos entre zona urbana, rural e aldeias.

Esses dados demonstram que mais de 80% das escolas municipais estão situadas em áreas rurais ou de difícil acesso, evidenciando a importância da conectividade via satélite como solução técnica indispensável para garantir a continuidade dos serviços educacionais e superar as barreiras de isolamento geográfico.

A iniciativa encontra respaldo jurídico e técnico nos seguintes instrumentos normativos:

Artigos 11, 18 e 82 da Lei nº 14.133/2021, que determinam o planejamento como princípio da contratação pública, a busca pela eficiência administrativa e a possibilidade de previsão de quantitativos superiores em contratações estratégicas;

Art. 211 da Constituição Federal, que estabelece o regime de colaboração entre União, Estados e Municípios na oferta educacional;

Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que orienta o dimensionamento flexível em contratações de tecnologia e infraestrutura crítica;

Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), meta 7, e Plano Estadual de Educação do Acre, que preveem a modernização da rede pública de ensino por meio da incorporação de tecnologias de informação e comunicação;

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 9, que tratam da educação de qualidade e da infraestrutura inovadora.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A adoção de serviços de conectividade via satélite de órbita baixa (LEO) representa solução moderna, eficiente e juridicamente amparada para garantir conectividade estável, ampliar o alcance da política educacional e assegurar o princípio da equidade no ensino público municipal. Trata-se de medida estratégica que complementa as iniciativas estaduais e federais, reforça a autonomia tecnológica do Município de Tarauacá e promove a transformação digital da educação, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e inovação previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.3.6 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

A presente justificativa tem por objetivo demonstrar a necessidade e a relevância da contratação de serviços de telecomunicações para fornecimento de acesso à internet em regime de banda larga, por meio de link dedicado (fibra óptica) e tecnologia via satélite de órbita baixa (LEO – Low Earth Orbit), destinados a atender a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e suas unidades vinculadas.

A conectividade estável e contínua tornou-se requisito essencial para a gestão moderna e integrada das políticas públicas de esporte e lazer, viabilizando não apenas o funcionamento administrativo da pasta, mas também a organização, divulgação e execução das atividades esportivas e recreativas desenvolvidas pelo Município de Tarauacá.

Na sede da Secretaria, o acesso à internet com link dedicado é indispensável para garantir a comunicação com demais órgãos municipais, estaduais e federais, viabilizando a gestão eficiente dos projetos esportivos, a elaboração de relatórios técnicos e financeiros, a participação em editais de fomento e a atualização dos sistemas de informação e monitoramento.

A conectividade de alta velocidade assegura o pleno funcionamento das plataformas digitais de gestão pública e de comunicação institucional, como o Sistema de Gestão de Convênios e Transferências (Plataforma +Brasil), o Sistema de Gestão de Parcerias da Lei nº 13.019/2014, e outros sistemas relacionados à captação de recursos e prestação de contas de projetos esportivos.

A estabilidade e confiabilidade do link dedicado garantem a eficiência administrativa e a continuidade dos serviços, prevenindo falhas que poderiam comprometer o planejamento, o registro e a execução das políticas de esporte e lazer, em consonância com o princípio da eficiência administrativa previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal.

Importância da Conectividade nos Equipamentos Esportivos Municipais: Nos equipamentos esportivos sob gestão municipal — como o Estádio Governador Nabor Teles da Rocha (Naborzão) e o Ginásio Poliesportivo Ruynete Lima de Matos —, a internet desempenha papel estratégico na organização e operação dos eventos esportivos, permitindo:

- a) O gerenciamento logístico e de controle de acesso;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- b) O suporte a transmissões ao vivo e coberturas jornalísticas;
- c) A comunicação em tempo real entre as equipes organizadoras; e,
- d) A integração com redes sociais e portais institucionais para divulgação de resultados e ações esportivas.

A conectividade nesses espaços fortalece a valorização do esporte local, amplia a visibilidade das competições e incentiva a participação da juventude e da comunidade, em conformidade com os princípios da Política Nacional do Esporte (Lei nº 14.597/2023), que estabelece a promoção do acesso universal e inclusivo às atividades esportivas e de lazer como dever do poder público.

Abrangência Rural e Ações Itinerantes: Nas ações esportivas desenvolvidas em zonas rurais e comunidades isoladas, a infraestrutura terrestre de internet é inexistente ou tecnicamente inviável, o que justifica a adoção da conectividade via satélite LEO, especialmente pela tecnologia tipo Starlink, que oferece alta velocidade e baixa latência, mesmo em áreas remotas da Amazônia acreana.

Essa solução tecnológica é fundamental para:

- a) Garantir comunicação entre as equipes de coordenação e arbitragem durante torneios e eventos itinerantes;
- b) Permitir transmissões ao vivo e cobertura em tempo real dos campeonatos e festivais esportivos; e,
- c) Viabilizar o registro instantâneo dos resultados e imagens para publicação em portais institucionais e redes sociais oficiais da prefeitura.

Tais ações reforçam a integração territorial e a inclusão digital dos cidadãos das áreas rurais e ribeirinhas, promovendo o direito constitucional ao acesso ao esporte e ao lazer (art. 6º da CF) e fortalecendo o papel do esporte como vetor de desenvolvimento social, saúde e cidadania.

A contratação proposta está amparada nos seguintes fundamentos:

Artigos 11, 18 e 82 da Lei nº 14.133/2021, que preveem o planejamento como dever da Administração, a busca pela eficiência e a previsão de quantitativos ampliados em contratações estratégicas de natureza contínua e tecnológica;

Artigo 6º da Constituição Federal, que reconhece o lazer e o esporte como direitos sociais fundamentais;

Lei nº 14.597/2023 (Política Nacional do Esporte), que estabelece a democratização do acesso, a modernização da gestão esportiva e a promoção da inovação tecnológica nas atividades físicas e esportivas;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que orienta o dimensionamento de contratações de tecnologia e infraestrutura crítica com base em demandas operacionais;

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3 e 9) da Agenda 2030 da ONU, que tratam, respectivamente, da promoção da saúde e bem-estar e do desenvolvimento de infraestrutura resiliente e inovadora.

Dessa forma, a contratação de serviços de telecomunicações, contemplando o fornecimento de link dedicado de fibra óptica para a sede da Secretaria e para os principais equipamentos esportivos do município, bem como a implantação de internet via satélite LEO (Starlink) para as ações itinerantes em zonas rurais e remotas, revela-se medida essencial, estratégica e juridicamente amparada.

Essa iniciativa garante a continuidade e a modernização das atividades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, fortalece a política pública de esporte e inclusão digital, amplia a visibilidade dos eventos locais e assegura à população o acesso democrático e de qualidade às práticas esportivas e de lazer, em plena conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, publicidade e inovação tecnológica que regem a Administração Pública.

6.3.7 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E POVOS ORIGINÁRIOS

A Secretaria Municipal da Floresta, Meio Ambiente e Povos Originários (SEMFM) exerce papel estratégico na execução das políticas públicas ambientais e socioculturais do Município de Tarauacá, atuando na preservação dos recursos naturais, no controle de impactos ambientais, na gestão de áreas urbanas e na valorização das comunidades tradicionais e indígenas.

Nos termos do art. 47 da Lei Municipal nº 1.112/2025, compete à pasta o planejamento, coordenação, supervisão e controle das ações relativas ao meio ambiente, a formulação e execução da política municipal de meio ambiente, a preservação e uso racional dos recursos naturais renováveis, a implementação de convênios e acordos na área ambiental, e a execução de política integrada para a preservação da fauna e da flora.

Além das atribuições de caráter ecológico e de defesa ambiental, a Secretaria também é responsável por serviços públicos sensíveis, como o Canil Municipal, o Cemitério Público, e as ações de limpeza urbana, recuperação de igarapés, rios e córregos, todos essenciais à saúde pública e à sustentabilidade local. A execução dessas atividades exige monitoramento constante, comunicação em tempo real e integração com órgãos municipais, estaduais e federais, demandando infraestrutura de conectividade moderna e estável.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Importância da Contratação de Internet Fixa e Móvel (Tecnologia LEO): A contratação de serviços de internet por meio de link dedicado (fibra óptica) e conectividade via satélite de Órbita Terrestre Baixa – LEO (Low Earth Orbit) constitui medida essencial para o desempenho das atividades institucionais da SEMFM, tanto na sede quanto em áreas remotas e ribeirinhas do território municipal.

A conectividade de alta capacidade é indispensável para:

- a) Monitoramento Ambiental e Urbano: viabiliza o uso de tecnologias de sensoriamento remoto, drones, GPS e sensores IoT, permitindo o acompanhamento de áreas de desmatamento, queimadas, cursos d'água, áreas de descarte irregular de resíduos (lixão) e o planejamento de ações preventivas de impacto ambiental.
- b) Gestão de Políticas Públicas Ambientais: possibilita o acesso contínuo a sistemas como Sinaflor, SiCAR, Sinima, CTF/IBAMA e Plataforma +Brasil, garantindo transparência, rastreabilidade e eficiência na execução das políticas ambientais e dos convênios federais e estaduais.
- c) Administração de Serviços Públicos Vinculados: o Canil Municipal, o Cemitério Público e as ações de limpeza e manejo de resíduos sólidos dependem da comunicação contínua com a sede da Secretaria e com outras pastas, como Saúde e Obras, para coordenação de equipes, controle sanitário e resposta a demandas emergenciais.
- d) Gestão de Recursos Naturais e Urbanos: permite o envio de relatórios fotográficos e técnicos, elaboração de diagnósticos ambientais, mapeamento de áreas de risco e emissão de laudos em tempo real, reduzindo deslocamentos e otimizando o uso dos recursos públicos.
- e) Educação Ambiental e Conscientização Pública: a conectividade permite a produção e difusão de campanhas educativas, além de apoiar projetos de sensibilização nas escolas e comunidades, em consonância com a política nacional de inclusão digital e educação ambiental (MCom, 2022 – “Inclusão digital fortalece caminho para ampliação da consciência ambiental”).

Integração com as Políticas Socioculturais e Povos Originários: A Secretaria também desempenha papel essencial na promoção dos direitos e da cultura dos povos originários presentes no território de Tarauacá — como os Huni Kuĩ, Noke Koi, Yawanawá, Ashaninka e Shanenawa —, cujas comunidades dependem de conectividade para fortalecer sua autonomia, preservar saberes tradicionais e promover o desenvolvimento sustentável.

O WWF-Brasil (2022) e o Instituto Socioambiental (ISA) evidenciam que os povos indígenas têm se apropriado de tecnologias digitais, drones e ferramentas de georreferenciamento para documentar invasões, monitorar queimadas e defender seus territórios. Já a pesquisa acadêmica de Marília Rodrigues (IFG, 2018) reforça que a conectividade digital promove inclusão social, acesso à educação e maior participação política e comunitária, fortalecendo a governança indígena e o intercâmbio de saberes tradicionais.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Relevância Estratégica, Jurídica e Econômica: A contratação proposta atende aos arts. 11, 18 e 82 da Lei nº 14.133/2021, que determinam que as contratações públicas observem critérios de eficiência, inovação e economicidade, e está em conformidade com os princípios constitucionais da eficiência e da continuidade do serviço público (art. 37 da CF/88), além de estar alinhada à Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 6, 11, 13 e 15) da Agenda 2030 da ONU.

A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 orienta que as contratações de infraestrutura tecnológica considerem a criticidade operacional e a essencialidade da continuidade dos serviços, fundamentos plenamente aplicáveis às atividades desempenhadas pela SEMFM, cuja interrupção impactaria diretamente a saúde pública, a segurança ambiental e o equilíbrio ecológico do município.

Intersetorialidade e Integração Institucional

Cumprir destacar que as atividades da SEMFM possuem natureza intersetorial, exigindo comunicação contínua e integrada com outras Secretarias Municipais, tais como:

- a) Secretaria de Saúde, para ações conjuntas de vigilância sanitária e controle de zoonoses, especialmente por meio do Canil Municipal;
- b) Secretaria de Obras e Serviços Públicos, para execução de ações de limpeza urbana, drenagem, recuperação de igarapés e manejo de resíduos;
- c) Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em projetos de reflorestamento, conservação de solos e proteção de nascentes;
- d) Secretaria de Administração, para gestão orçamentária e execução de convênios ambientais e programas sustentáveis.

Essa integração operacional só é possível mediante conectividade estável, de alta velocidade e com cobertura integral, o que torna a contratação proposta um serviço público essencial e um instrumento de governança ambiental e administrativa.

6.3.8 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos (SEMOSU) é responsável pelo planejamento, execução, manutenção e fiscalização das obras públicas e serviços urbanos do Município de Tarauacá, abrangendo a infraestrutura viária, drenagem, iluminação, edificações públicas, limpeza urbana e saneamento básico. Suas atribuições são estratégicas para a infraestrutura municipal, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população.

A presente justificativa tem por objetivo demonstrar a necessidade de contratação de serviços de telecomunicações, compreendendo o fornecimento de internet via satélite de



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Órbita Terrestre Baixa (LEO – Low Earth Orbit), para atender às demandas administrativas e operacionais da Secretaria.

Essa infraestrutura é essencial para:

- a) Comunicação contínua com órgãos municipais, estaduais e federais;
- b) Elaboração e envio de projetos arquitetônicos, memoriais descritivos e medições;
- c) Acesso a sistemas administrativos e financeiros (SEI, SIAF, ComprasGov, PGC);
- d) Execução e fiscalização de contratos e convênios;
- e) Integração com o setor de licitações e controle interno, garantindo rastreabilidade e transparência.

A conectividade estável viabiliza decisões estratégicas em tempo real, assegurando que o planejamento e a execução das políticas públicas de infraestrutura ocorram com eficiência e continuidade.

Importância da Internet via Satélite (LEO) para Atividades de Campo: A internet móvel via satélite de Órbita Terrestre Baixa (LEO) é de grande importância operacional para a SEMOSU, especialmente em um município amazônico de dimensões extensas e relevo complexo, como Tarauacá, onde a cobertura terrestre é limitada ou inexistente em áreas rurais e ramais.

Principais Benefícios e Aplicações:

- a) Conectividade em Áreas Remotas e Canteiros de Obras: A tecnologia LEO garante acesso à internet de alta velocidade e baixa latência mesmo em locais isolados, permitindo que as equipes de campo enviem relatórios, imagens e dados de execução em tempo real à sede da Secretaria.
- b) Gestão e Monitoramento em Tempo Real: A conexão estável viabiliza o uso de dispositivos IoT (Internet das Coisas) para rastreamento de frotas, controle de máquinas e monitoramento de infraestrutura (pontes, bueiros, redes de drenagem e iluminação). Essa automação reduz deslocamentos, agiliza decisões e permite manutenção preditiva, otimizando custos e recursos públicos.
- c) Tomada de Decisão Baseada em Dados: Com o apoio de sensores, aplicativos e plataformas em nuvem, a Secretaria passa a operar com indicadores técnicos confiáveis, garantindo uma gestão mais ágil e inteligente das obras públicas.
- d) Comunicação Integrada e Segura: A conectividade LEO assegura comunicação instantânea entre engenheiros, fiscais, operadores e gestores, permitindo coordenação eficiente de equipes e resposta rápida a imprevistos durante a execução de obras e manutenções.
- e) Resposta a Emergências e Desastres Naturais: Em situações de alagamento, deslizamentos ou interrupção de vias, a infraestrutura via satélite mantém-se



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

operacional, garantindo comunicação contínua e coordenada com a Defesa Civil, fator essencial para a segurança da população.

- f) Inclusão Digital e Transparência: O acesso a uma rede estável possibilita transmissões ao vivo, publicação de relatórios de obras e comunicação direta com os cidadãos, fortalecendo a prestação de contas e a transparência pública.

A presente contratação encontra amparo:

Nos arts. 11, 18 e 82 da Lei nº 14.133/2021, que determinam o planejamento e a eficiência das contratações públicas;

No Decreto Municipal nº 129/2023, que regulamenta a aplicação da Nova Lei de Licitações em Tarauacá;

E na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que orienta o dimensionamento das contratações de infraestrutura tecnológica com base nas demandas operacionais e no risco de continuidade administrativa.

A proposta visa garantir eficiência, economicidade, segurança da informação e modernização da gestão pública, em consonância com os princípios do art. 37 da Constituição Federal, que regem a legalidade, eficiência e publicidade dos atos administrativos.

Além disso, está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 9 e 11) da Agenda 2030 da ONU, que preveem infraestrutura resiliente, cidades sustentáveis e inovação tecnológica para o bem-estar social.

A SEMOSU atua de forma integrada com as Secretarias de Meio Ambiente, Agricultura, Saúde, Administração e Defesa Civil, exigindo conectividade contínua para compartilhamento de informações, coordenação de equipes e execução conjunta de obras e serviços.

A implementação da conectividade híbrida (fibra e satélite LEO) permitirá:

- a) Maior controle logístico sobre maquinário e equipes;
- b) Redução de tempo de resposta em emergências e manutenções;
- c) Integração digital com outras pastas e sistemas interinstitucionais;
- d) Padronização de dados técnicos e relatórios em tempo real;
- e) Aprimoramento da transparência e comunicação com o cidadão.

Assim, a contratação proposta constitui medida estratégica, preventiva e sustentável, indispensável para garantir eficiência administrativa, governança digital e continuidade dos



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

serviços públicos essenciais, consolidando o compromisso da Prefeitura de Tarauacá com a modernização tecnológica e a transformação digital da gestão pública municipal.

A implementação de soluções baseadas em conectividade via satélite e Internet das Coisas (IoT) está alinhada às orientações técnicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), expressas na Cartilha de Cidades Inteligentes (2022), que apresenta diretrizes para o uso da transformação digital como instrumento de melhoria da infraestrutura urbana, eficiência operacional e sustentabilidade ambiental.

Embora o Estado do Acre não esteja incluído entre os exemplos práticos abordados no documento, suas recomendações são de aplicação ampla e nacional, podendo ser adaptadas ao contexto amazônico de Tarauacá.

Assim, a adoção da conectividade LEO e de tecnologias de monitoramento remoto atende plenamente aos princípios da eficiência, economicidade e inovação tecnológica, previstos nos arts. 11, 18 e 82 da Lei nº 14.133/2021, e às boas práticas de gestão recomendadas pelo MCTI e pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

6.3.9 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL

A Secretaria Municipal de Promoção Social (SMPS) exerce papel essencial na formulação e execução das políticas públicas de assistência social no âmbito do Município de Tarauacá, assegurando proteção social básica e especial, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e a promoção de direitos sociais e cidadania.

A contratação de serviços de telecomunicações — abrangendo internet via satélite de órbita terrestre baixa (LEO – Low Earth Orbit) — é medida indispensável para garantir conectividade contínua, estável e de alta performance, necessária ao funcionamento dos sistemas, programas e ações institucionais da secretaria.

A crescente digitalização dos serviços socioassistenciais e o processo de integração de dados do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) demandam infraestrutura tecnológica robusta, que permita o funcionamento ininterrupto das plataformas de gestão, tais como:

- a) CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais;
- b) SIBEC – Sistema de Benefícios ao Cidadão;
- c) Prontuário SUAS;
- d) SIGSUAS – Sistema de Gestão do SUAS;
- e) SAGI/MDS e e-Social;
- f) Plataforma +Brasil e sistemas de convênios e folha de pagamento.

Essas ferramentas são fundamentais para a gestão de benefícios, transferências e serviços socioassistenciais, e exigem conectividade estável para a inserção, sincronização e consulta de dados em tempo real. A falta de conectividade adequada compromete a



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

execução de programas federais e municipais, gerando atrasos no atendimento à população vulnerável e riscos à regularidade das transferências de recursos.

Ações Itinerantes e Conectividade Remota (Tecnologia LEO): A Secretaria Municipal de Promoção Social realiza diversas ações itinerantes e descentralizadas, levando atendimento a comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas e de difícil acesso — territórios que compõem uma parte significativa da população de Tarauacá. Essas ações envolvem os programas Bolsa Família, Cadastro Único, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Programa Criança Feliz, Benefício de Prestação Continuada (BPC), campanhas de enfrentamento à violência doméstica, e ações emergenciais em situações de enchentes e calamidades.

Nesses contextos, a internet móvel via satélite LEO é essencial para:

- a) Realizar atendimentos em tempo real, com registro direto nos sistemas federais e municipais;
- b) Garantir comunicação contínua entre equipes de campo e a sede administrativa, inclusive durante deslocamentos fluviais;
- c) Permitir transmissões e atualizações instantâneas durante eventos e campanhas públicas;
- d) Reduzir retrabalho e riscos de inconsistência de dados, eliminando a necessidade de registros manuais para posterior digitação;
- e) Manter a conectividade durante enchentes, quando o acesso terrestre é inviável e a comunicação via satélite é o único meio operacional.

Além disso, a conectividade satelital LEO possibilita a coordenação simultânea de equipes multidisciplinares, garantindo segurança das informações e maior eficiência operacional em ações de campo.

Esse processo de digitalização fortalece a transparência administrativa, reduz deslocamentos desnecessários, melhora a comunicação entre usuários e equipes técnicas e aproxima a população das políticas públicas — promovendo, assim, eficiência e equidade social.

A proposta encontra respaldo nos seguintes instrumentos normativos e estratégicos:

Lei nº 14.133/2021, arts. 11, 18 e 82, que impõem à Administração o dever de adotar soluções tecnológicas eficientes, inovadoras e sustentáveis;

Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que orienta o dimensionamento de contratações de infraestrutura tecnológica com base em demandas operacionais e mitigação de riscos de descontinuidade;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Decreto Federal nº 9.854/2019, que institui o Plano Nacional de Internet das Coisas (IoT) e estimula o uso de tecnologias digitais em serviços públicos;

Estratégia Brasileira de Transformação Digital (E-Digital) e a Política Nacional de Inclusão Digital, que reconhecem a conectividade como vetor essencial da inovação e da inclusão social;

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 1, 9 e 10) da Agenda 2030 da ONU, relativos à erradicação da pobreza, inovação e redução das desigualdades.

Conforme as diretrizes metodológicas da Cartilha de Cidades Inteligentes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI, 2022), as soluções de conectividade e infraestrutura digital devem ser utilizadas como instrumentos de modernização da gestão pública e de promoção de cidades mais inclusivas e sustentáveis.

Embora o Acre não figure entre os estudos de caso analisados, as orientações da cartilha possuem abrangência nacional e são plenamente aplicáveis à realidade amazônica de Tarauacá, reforçando a necessidade de infraestrutura digital integrada para garantir eficiência, inclusão e resiliência administrativa.

Resultados Esperados e Impactos Positivos: Com a implantação da infraestrutura de conectividade híbrida (fibra + LEO), espera-se:

- a) Melhoria na comunicação institucional entre sede e unidades descentralizadas;
- b) Aprimoramento da gestão e do controle social das políticas públicas;
- c) Redução de falhas nos registros de CadÚnico e SUAS;
- d) Ampliação do alcance dos programas sociais para comunidades isoladas;
- e) Rapidez nas respostas a emergências sociais e ambientais;
- f) Fortalecimento da transparência e governança digital;
- g) Economia de recursos com deslocamentos e retrabalho;
- h) Consolidação de Tarauacá como referência em inovação e inclusão digital na Amazônia Ocidental.

A contratação de serviços de telecomunicações, contemplando link dedicado de fibra óptica e internet via satélite LEO, é essencial e estratégica para a Secretaria Municipal de Promoção Social.

A medida assegura continuidade administrativa, eficiência operacional e inclusão social, permitindo que os programas e ações da assistência cheguem com qualidade, rapidez e equidade a toda população, independentemente da localização geográfica.

Trata-se de uma contratação estruturante de política pública, alinhada às diretrizes de governança digital e inovação tecnológica, indispensável para a efetividade das ações



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

socioassistenciais e para o cumprimento do dever constitucional de garantir acesso universal aos direitos sociais.

6.3.10 – Secretaria Municipal de Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde desempenha papel essencial na promoção e na proteção da saúde pública do Município de Tarauacá, sendo responsável pela coordenação das políticas de atenção básica, vigilância em saúde, gestão de programas federais e execução de ações descentralizadas em áreas urbanas, rurais e indígenas. O fornecimento de serviços de internet é condição indispensável para o pleno desenvolvimento dessas atividades, especialmente quanto à alimentação e manutenção dos sistemas oficiais de informação em saúde, como e-SUS AB, Bolsa Família, SIVEP-DDA, SIM, SINAN, SIA-BPA e SISCAN, os quais são fundamentais para o acompanhamento, registro e gestão das ações voltadas à população.

Além da sede administrativa, Tarauacá mantém Unidades Básicas de Saúde (UBS) em comunidades rurais e indígenas, o que amplia consideravelmente a abrangência territorial da rede municipal. Entre as estruturas existentes, destaca-se a UBS Indígena da Comunidade do Caucho, localizada às margens do Rio Muru. Essas unidades integram a rede de atenção coordenada com o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Alto Rio Juruá, responsável pela execução das ações do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), em articulação com a Secretaria Municipal e com a SESAI.

No âmbito rural, o município possui UBS reformadas e reestruturadas, como a da Comunidade São João, e promove o Programa “Saúde na Comunidade”, que leva equipes multidisciplinares a regiões isoladas, garantindo acesso a consultas médicas, atendimentos odontológicos, vacinação, exames preventivos e acompanhamento de programas sociais, conforme divulgado pela Prefeitura de Tarauacá. Além disso, as ações de saúde itinerantes voltadas às aldeias indígenas, como a Aldeia 27, com atendimentos especializados e integração entre SESACRE e a Secretaria Municipal de Saúde.

Essas atividades descentralizadas exigem conectividade constante, segura e de alto desempenho, pois os registros devem ser feitos em tempo real nos sistemas do Ministério da Saúde, garantindo fidedignidade, rastreabilidade e continuidade dos dados epidemiológicos. A falta de internet adequada já tem gerado prejuízos significativos à população, conforme apontado pela Folha do Acre (outubro de 2025), que noticiou denúncias sobre falhas no atendimento básico e instabilidade dos serviços nas UBS rurais, fato que inclusive motivou a abertura de investigação pelo Ministério Público Estadual.

Diante desse cenário, torna-se indispensável a adoção de infraestrutura híbrida de conectividade, combinando link dedicado por fibra óptica na sede e unidades urbanas, com internet via satélite de Órbita Terrestre Baixa (LEO) nas áreas rurais e indígenas. Enquanto o link dedicado garante estabilidade, velocidade simétrica e segurança de dados para os serviços administrativos e clínicos, a tecnologia LEO viabiliza comunicação em campo,

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

teleconsultas, envio de laudos e relatórios médicos, georreferenciamento de atendimentos, transmissões ao vivo de campanhas e ações de emergência sanitária, assegurando a coordenação efetiva das equipes em regiões sem infraestrutura terrestre.

Essa medida não apenas fortalece a gestão da informação e a continuidade dos serviços públicos de saúde, mas também está em conformidade com os princípios da universalização, eficiência e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) e na Política Nacional de Saúde Digital, além de convergir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3 e 9) da Agenda 2030 da ONU.

Assim, a contratação dos serviços de internet fixa e móvel via satélite de tecnologia LEO representa investimento estratégico para garantir acesso equitativo à saúde, eficiência administrativa e fortalecimento da presença do Estado nas comunidades rurais e indígenas de Tarauacá.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1 O levantamento de mercado foi realizado para identificar as soluções tecnológicas e as práticas contratuais vigentes na prestação de serviços de conectividade institucional, abrangendo links dedicados de fibra óptica e conexões via satélite em regiões com infraestrutura limitada.

7.1.1 O objetivo é assegurar a escolha da solução mais adequada e vantajosa à realidade geográfica e administrativa do Município de Tarauacá/AC, em observância ao art. 18, §1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 8º, II, da IN SEGES nº 58/2022.

7.2 A equipe técnica realizou consultas:

- Atas de Registro de Preços e contratos vigentes em órgãos públicos federais, estaduais e municipais;
- Bases oficiais como PNCP, comprasgov e Licitanet;
- E a fornecedores regionais devidamente autorizados pela ANATEL para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), conforme a Resolução ANATEL nº 614/2013.

7.2.1 O levantamento teve caráter exploratório, servindo de base para a posterior pesquisa formal de preços, conforme o art. 23, IV, da Lei nº 14.133/2021 e a IN SEGES nº 65/2021.

7.3 Contratações e Atas Referenciais Consultadas:

Nº	Órgão / Entidade	Instrumento	Tecnologia / Escopo	Valor Global (R\$)	Observações
----	------------------	-------------	---------------------	--------------------	-------------

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

01	Prefeitura de Autazes/AM	ARP nº 062/2025 – PP nº 015/2025	Link dedicado via fibra óptica e satélite	2.731.148,70	Uplink Serviços de Comunicação e Multimídia Ltda
02	Prefeitura de Beruri/AM	ARP nº 033/2025 – PE nº 033/2025	Internet via satélite (100 Mbps)	1.800.000,00	Beruri Telecom Ltda
03	Prefeitura de Pirenópolis/GO	ARP nº / _	Serviços de conectividade institucional	310.999,99	Contratação por pregão eletrônico
04	Polícia Rodoviária Federal – Superintendência do Acre	Contrato nº 3/2025	Internet via satélite LEO (20 Mbps) em viaturas oficiais	28.800,00	Dispensa Eletrônica nº 90010/2025 – SIDI Corp. e Serviços de Telecomunicações Multimídia Ltda
05	Defensoria Pública do Estado do Acre (DPE/AC)	Contrato nº 20/2025 – ARP nº 43/2025	Internet via satélite de baixa órbita (LEO) fixa, móvel e veicular	376.018,00	TELESPAIO BRASIL S/A – SLA 97%, cobertura total no Acre

7.4 O levantamento confirma a disponibilidade tecnológica e regulatória do serviço de conectividade, com ampla atuação de empresas licenciadas pela ANATEL e presença crescente de soluções LEO (Low Earth Orbit) em contratos públicos regionais.

7.5 Entretanto, constatou-se que a maioria das atas e contratos consultados prevê capacidades entre 20 Mbps e 300 Mbps, insuficientes para o contexto municipal de Tarauacá, cuja estrutura administrativa requer links dedicados de 600 Mbps e 800 Mbps.

7.6 Essa necessidade decorre de:

- a) Uso intensivo de sistemas administrativos, contábeis e de saúde em nuvem (Betha, e-Social, Gov.br, e-SUS, Traz Valor etc.);
- b) Tráfego simultâneo entre secretarias interligadas por VPN;
- c) Suporte à telemedicina e videoconferências oficiais; e
- d) Estabilidade em períodos de isolamento geográfico ou alagação.

7.6.1 As referências contratadas por órgãos como JFAC, PRF e DPE/AC demonstram a adoção consolidada de modelos híbridos (fibra + LEO) e a exigência de autorização ANATEL para exploração do SCM, além de SLAs entre 97% e 99% de disponibilidade.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

7.7 O levantamento de mercado evidencia que:

- a) As soluções demandadas são tecnologicamente viáveis e disponíveis no mercado;
- b) O porte da rede pretendida (600–800 mbps) está em conformidade com práticas federais recentes;
- c) Há empresas regionais aptas e autorizadas pela anatel a atender à demanda; e
- d) O modelo proposto (fibra óptica com redundância via satélite leo) é tecnicamente superior e operacionalmente necessário ao funcionamento contínuo da administração municipal.

7.7.1 Os dados coletados constituem base técnica e comparativa para a próxima fase de pesquisa formal de preços, a ser conduzida conforme a IN SEGES nº 65/2021, garantindo vantajosidade, economicidade e segurança jurídica.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 A presente solução técnica compreende a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de telecomunicações, devidamente autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), para a disponibilização, implantação e manutenção de link dedicado de comunicação de dados por meio de fibra óptica e tecnologia satelital de baixa órbita (LEO), com redundância operacional entre os modais fixo e móvel.

8.1.1 O objeto visa assegurar conectividade institucional contínua, estável e de alta disponibilidade às Secretarias Municipais, escolas, unidades de saúde, órgãos administrativos e operações itinerantes do Município de Tarauacá/AC, promovendo integração de sistemas, eficiência operacional e segurança da informação no âmbito da Administração Pública Municipal.

8.2 A execução da contratação será formalizada por meio de Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), em conformidade com os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, regulamentados pelo Decreto Municipal nº 12.343/2024 e orientados pela Instrução Normativa SEGES nº 65/2021.

8.2.1 O uso do Sistema de Registro de Preços fundamenta-se na necessidade de garantir flexibilidade, eficiência e economicidade à gestão de contratações continuadas, permitindo a aquisição gradativa e sob demanda, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as necessidades operacionais das Secretarias Municipais, conforme preceituam os princípios da planejamento, eficiência e transparência administrativa (art. 5º, incisos I, IV e VII da Lei nº 14.133/2021).

8.3 A integração das tecnologias fibra óptica e satélite LEO apresenta-se como solução tecnicamente superior e operacionalmente necessária à realidade geográfica e climática do

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Município de Tarauacá/AC, marcado por extensas áreas rurais e eventuais períodos de isolamento devido a cheias ou interrupções viárias.

8.3.1 A combinação das duas modalidades assegura:

- a) Redundância de conectividade, com operação simultânea e contingencial;
- b) Baixa latência e alta estabilidade de rede, compatível com o uso de sistemas críticos (e-sus, betha, gov.br, traz valor, esocial etc.);
- c) Mobilidade institucional, permitindo acesso remoto e suporte às ações itinerantes de saúde, defesa civil e educação; e
- d) Continuidade dos serviços públicos essenciais, mesmo em situações de calamidade ou indisponibilidade da infraestrutura terrestre.

8.3.2 Do ponto de vista técnico-operacional, a solução confere à Administração:

- a) Ampliação da capacidade de transmissão de dados (600 Mbps e 800 Mbps),
- b) Maior resiliência tecnológica e autonomia administrativa, e
- c) Otimização dos processos intersecretariais e dos fluxos de informação.
- d) Do ponto de vista jurídico e administrativo, o modelo proposto:
- e) Atende às exigências do planejamento prévio (art. 18, §1º, I e II);
- f) Observa a vantajosidade e economicidade (art. 11, caput);
- g) Cumpre o princípio da continuidade do serviço público (art. 37, caput, CF/88); e
- h) Adota critérios de sustentabilidade, inovação e governança contratual (arts. 25 e 11 da Lei nº 14.133/2021).

8.4 Racionalidade e Eficiência do Modelo de Execução: A adoção do Sistema de Registro de Preços para contratação de serviços de conectividade institucional:

- a) Mitiga riscos de descontinuidade, ao permitir a reposição imediata de unidades atendidas;
- b) Reduz custos administrativos, evitando a repetição de certames para demandas recorrentes;
- c) Racionaliza o planejamento financeiro, ajustando a execução à disponibilidade orçamentária anual; e
- d) Fortalece o controle e a fiscalização contratual, por meio de padronização de indicadores técnicos (sla, uptime, latência e throughput).

8.4.1 Tal modelo está em consonância com a IN SEGES nº 58/2022, que determina a estruturação das contratações públicas sob enfoque de eficiência, sustentabilidade e inovação tecnológica, e com o Decreto Federal nº 11.246/2022, que reforça a obrigatoriedade de acompanhamento técnico e monitoramento de resultados na execução contratual.

8.5 A solução integrada proposta é tecnicamente adequada, economicamente viável e juridicamente sustentável, atendendo aos objetivos estratégicos da Administração

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Municipal e às exigências normativas de planejamento, governança e eficiência na gestão pública.

8.5.1 Sua implementação proporcionará robustez tecnológica, segurança da informação e continuidade operacional às atividades institucionais, configurando-se como modelo de modernização administrativa compatível com os parâmetros de transformação digital e gestão inteligente dos serviços públicos.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

9.1 O parcelamento do objeto licitado encontra amparo nos arts. 40, §2º, e 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permitem a divisão do objeto em lotes ou itens distintos, desde que tal fracionamento seja tecnicamente justificável, não comprometa a unidade funcional da contratação e não acarrete elevação desproporcional dos custos.

9.1.1 A divisão visa assegurar a economicidade, a eficiência e a ampliação da competitividade, permitindo a participação de empresas de diferentes portes e especialidades técnicas, em observância aos princípios da isonomia, vantajosidade e planejamento prévio (arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021).

9.2 – Justificativa Técnica para o Parcelamento:

9.2.1 O objeto “Formação de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações e acesso à internet, destinados às unidades administrativas fixas da Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC; solução de conectividade via satélite, com desempenho técnico compatível com tecnologias modernas de baixa latência, para atendimento institucional em localidades remotas, rurais, ribeirinhas ou de difícil acesso, onde inexistam infraestrutura terrestre adequada; e, instalação, configuração, fornecimento de equipamentos necessários, suporte técnico, operação, manutenção preventiva e corretiva, visando assegurar conectividade estável, segura e ininterrupta, indispensável à continuidade dos serviços públicos, comunicação institucional e execução das políticas públicas municipais”, apresenta natureza técnica e operacionalmente divisível, sendo composto por duas tecnologias distintas com condições logísticas e de manutenção próprias.

9.2.2 Assim, propõe-se o parcelamento do lote principal, a saber:

Lote	Descrição Técnica	Abrangência Operacional
Lote – Conectividade via Satélite LEO (Low Earth Orbit)	Fornecimento de conectividade fixa e móvel via satélite de baixa órbita, para localidades remotas, ribeirinhas ou itinerantes.	Distritos rurais, escolas e postos de saúde distantes, operações de defesa civil, eventos e ações institucionais itinerantes.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.2.3 O parcelamento se mostra técnica e economicamente vantajoso, pois:

- a) Permite contratação de fornecedores especializados por modalidade tecnológica, assegurando maior qualidade e continuidade do serviço;
- b) Favorece a competitividade, ampliando o universo de empresas aptas a participar do certame;
- c) Possibilita planejamento orçamentário escalonado, conforme a execução e disponibilidade financeira; e
- d) Evita oneração indevida decorrente da concentração de tecnologias distintas em um único lote.

9.3 – Fracionamento Planejado e Entrega Escalonada:

9.3.1 Embora o objeto seja parcelado em lotes autônomos, a execução contratual será escalonada, conforme as demandas efetivas das Secretarias Municipais e a disponibilidade orçamentária anual.

9.3.2 A contratada deverá iniciar a execução dos serviços em até 15 (quinze) dias corridos contados da Ordem de Serviço ou assinatura do contrato, podendo a implantação ocorrer de forma gradual e progressiva, conforme a necessidade administrativa e o cronograma operacional aprovado.

9.3.3 Essa modelagem de execução:

- a) Racionaliza o uso dos recursos públicos, evitando contratações superiores à necessidade imediata;
- b) Mitiga riscos logísticos, permitindo implantação técnica ajustada à realidade local;
- c) Assegura continuidade e eficiência, sem interrupção dos serviços essenciais; e
- d) Mantém a integridade do planejamento global, uma vez que os lotes são complementares e interoperáveis.

9.4 O parcelamento em dois lotes tecnológicos (fibra óptica e LEO satelital) e a execução escalonada conforme demanda configuram-se como medida de planejamento e eficiência, em estrita consonância com os arts. 11, 18, 40 e 47 da Lei nº 14.133/2021.

9.4.1 Tal estrutura garante:

- a) vantajosidade econômica, com menor valor global estimado por lote;
- b) adequação técnica e operacional, respeitando as particularidades de cada tecnologia;
- c) flexibilidade na execução e expansão da rede municipal de dados; e
- d) atendimento integral às necessidades institucionais de conectividade com segurança jurídica e eficiência administrativa.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.5.2 Dessa forma, o parcelamento proposto não representa fracionamento indevido, mas sim planejamento técnico legítimo, que assegura racionalidade, competitividade e continuidade dos serviços públicos essenciais no âmbito do Município de Tarauacá/AC.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 A presente contratação visa implementar e manter infraestrutura de telecomunicações de alto desempenho, mediante fornecimento de link dedicado de internet por fibra óptica e conectividade via satélite LEO (Low Earth Orbit) — nas modalidades fixa e móvel —, assegurando redundância tecnológica, estabilidade operacional e disponibilidade contínua dos serviços digitais essenciais da Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC.

10.1.1 Com essa solução híbrida, busca-se garantir a conectividade plena e ininterrupta das unidades administrativas, escolas, unidades de saúde e demais órgãos públicos, viabilizando:

- a) O funcionamento contínuo dos sistemas governamentais;
- b) A agilidade no trâmite de informações e processos administrativos;
- c) O atendimento eficiente à população, inclusive em localidades remotas; e
- d) O uso racional e econômico dos recursos públicos, por meio de infraestrutura tecnológica planejada, sustentável e de longa duração.

10.2 Resultados Estratégicos e Operacionais: A contratação proporcionará os seguintes resultados estratégicos à Administração Municipal:

- a) Continuidade e Estabilidade dos Serviços Públicos:
 - Garantir conectividade contínua e de alta disponibilidade em todas as unidades administrativas, prevenindo interrupções das atividades por falhas ou indisponibilidade de rede;
 - Reduzir falhas técnicas e tempo de inatividade, assegurando níveis de serviço (SLA) superiores a 99%, conforme padrões da ANATEL e do Termo de Referência;
 - Garantir resiliência operacional mesmo em períodos de cheias ou isolamento logístico, por meio de redundância via satélite LEO.
- b) Melhoria da Eficiência Administrativa
 - Agilidade Processual: permitir maior velocidade no acesso a sistemas e plataformas públicas (Gov.br, eSocial, e-SUS, Betha, Traz Valor etc.);
 - Racionalização de Custos: reduzir gastos com manutenções corretivas, serviços emergenciais e deslocamentos desnecessários, em razão da estabilidade e da manutenção preventiva;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- Gestão Integrada: fortalecer a governança digital municipal, permitindo o controle centralizado do uso de dados e da performance dos serviços de rede.
- c) Aumento da Qualidade e Abrangência dos Serviços Públicos
 - Suporte Técnico Direto às Secretarias: fornecer infraestrutura adequada às áreas de saúde, educação, assistência social e administração, ampliando a capacidade de resposta da Prefeitura às demandas da população;
 - Modernização Institucional: viabilizar a implantação de novos sistemas de gestão pública, plataformas de ensino remoto, prontuários eletrônicos e monitoramento de políticas públicas em tempo real;
 - Sustentabilidade Digital: incentivar o uso racional de recursos tecnológicos e energéticos, conforme diretrizes de eficiência e sustentabilidade da IN SEGES nº 58/2022.
- d) Benefícios Sociais e Comunitários
 - Atendimento Mais Eficiente: aumentar a confiabilidade e a rapidez dos serviços prestados ao cidadão;
 - Inclusão Digital: ampliar o acesso à internet em áreas rurais e ribeirinhas, promovendo integração comunitária, educação à distância e fortalecimento dos programas sociais;
 - Transparência e Confiança Pública: facilitar o acesso da população às plataformas institucionais e serviços digitais, reforçando a imagem de eficiência e modernidade da gestão municipal.

10.3 – Horizonte Temporal e Impacto Esperado: A execução contratual, com prazo inicial de 12 (doze) meses, assegurará a continuidade e a estabilidade da infraestrutura de comunicação de dados da Prefeitura Municipal de Tarauacá e de suas Secretarias, abrangendo tanto a rede fixa urbana quanto as conexões remotas e itinerantes.

10.3.1 O impacto esperado inclui:

- a) Aumento de até 70% na eficiência operacional das unidades interligadas;
- b) Redução significativa de custos indiretos associados a falhas e interrupções;
- c) Melhoria na comunicação intersetorial e no atendimento digital à população; e
- d) Fortalecimento institucional da gestão pública municipal, com base em dados confiáveis e conectividade de alto desempenho.

10.4 Os resultados pretendidos consolidam a contratação como estratégica, essencial e tecnicamente indispensável à continuidade e à modernização dos serviços públicos municipais.

10.4.1 A adoção da solução híbrida de conectividade (fibra óptica e satélite LEO) representa avanço tecnológico compatível com a realidade geográfica e operacional de Tarauacá, assegurando eficiência administrativa, economicidade e inclusão digital.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10.4.2 O modelo atende integralmente aos princípios e objetivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à vantajosidade, eficiência, sustentabilidade e inovação, constituindo instrumento legítimo de governança tecnológica e melhoria da prestação dos serviços públicos.

11 . PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

11.1 Considerando o grau de maturidade técnica e jurídica da solução proposta, não se identificam pendências ou providências adicionais que condicionem a viabilidade da contratação.

11.2 O objeto encontra-se devidamente estruturado e compatível com os parâmetros legais, operacionais e orçamentários exigidos pela legislação vigente, estando contempladas as análises referentes a:

- a) Definição precisa do objeto,
- b) Justificativa da necessidade,
- c) Análise de mercado e de riscos,
- d) Avaliação do parcelamento e da economicidade, e
- e) Demonstração dos resultados esperados.

11.3 Dessa forma, não se vislumbram ajustes, estudos complementares ou medidas de adequação prévia necessárias à deflagração do processo licitatório, podendo-se dar prosseguimento à fase de elaboração do Termo de Referência e da pesquisa de preços formal, conforme disposto nos arts. 18 e 40 da Lei nº 14.133/2021 e na IN SEGES nº 65/2021.

12 . CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1 Após análise técnica e administrativa, não foram identificadas contratações correlatas, complementares ou interdependentes que influenciem a execução ou a viabilidade da presente demanda.

12.2 A solução de conectividade proposta possui autonomia técnica e funcional, não dependendo de fornecimentos, serviços ou estruturas externas para sua implementação, operação ou manutenção, além das obrigações contratuais a serem assumidas pela futura contratada.

12.3 Eventuais integrações com sistemas de gestão, softwares institucionais ou plataformas públicas (Gov.br, Betha, e-SUS, eSocial, Traz Valor etc.) serão realizadas sem necessidade de contratação adicional, utilizando-se a infraestrutura tecnológica a ser fornecida no âmbito deste contrato.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

12.4 Dessa forma, conclui-se que a contratação é autossuficiente, não existindo dependência técnica, operacional ou orçamentária de outros instrumentos contratuais para o atendimento pleno das necessidades identificadas.

13 . POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 Não se identificam impactos ambientais significativos decorrentes da execução do objeto, uma vez que os serviços de engenharia de telecomunicações — envolvendo a implantação, manutenção e operação de links dedicados por fibra óptica e satélite — possuem baixo potencial poluidor e características predominantemente tecnológicas e não extrativas.

13.1.1 Todavia, recomenda-se que a Secretaria demandante e a contratada adotem práticas de responsabilidade ambiental, especialmente no manuseio e descarte de materiais e equipamentos, de modo a mitigar qualquer risco ambiental indireto.

13.2 Em observância ao princípio da sustentabilidade nas contratações públicas (art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021), devem ser adotadas as seguintes medidas de gestão ambiental durante a execução contratual:

- a) Uso responsável e eficiente de recursos tecnológicos e energéticos, priorizando equipamentos com certificações de eficiência energética e consumo reduzido;
- b) Destinação ambientalmente adequada de materiais e resíduos gerados (cabos, embalagens, baterias, roteadores e demais componentes eletrônicos), conforme as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010 e do Decreto nº 10.936/2022;
- c) Reutilização e reaproveitamento de cabos, acessórios e componentes sempre que tecnicamente viável, minimizando a geração de resíduos;
- d) Encaminhamento de resíduos eletrônicos a empresas ou programas de reciclagem certificados, em conformidade com as normas ambientais e sanitárias locais;
- e) Adoção de práticas de redução de consumo de energia elétrica, por meio de configurações otimizadas e monitoramento do uso de equipamentos.

13.3 Recomenda-se, ainda, que a Administração priorize soluções tecnológicas que promovam maior eficiência energética e menor impacto ambiental durante todo o ciclo de vida dos equipamentos, em consonância com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, que incentiva o uso de critérios sustentáveis na formulação das contratações públicas.

13.3.1 A adoção dessas medidas contribuirá para:

- a) Reduzir a geração de resíduos e o descarte inadequado de eletrônicos;
- b) Incentivar a logística reversa e a economia circular;
- c) Promover a sustentabilidade institucional, reforçando o compromisso da prefeitura municipal de Tarauacá com a responsabilidade socioambiental; e

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- d) Alinhar as contratações municipais aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS 9, 11 e 12) da agenda 2030 da ONU.

13.4 Conclui-se que a execução da presente contratação não gera impactos ambientais relevantes, sendo suficiente a adoção de práticas preventivas e de gestão ambiental responsável para garantir a conformidade com as normas ambientais e de sustentabilidade.

13.5 A observância dessas diretrizes assegura que a prestação dos serviços de conectividade se desenvolva de forma eficiente, sustentável e ambientalmente equilibrada, consolidando a política municipal de contratações públicas sustentáveis.

14. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1 A presente estimativa de valores foi elaborada em observância ao disposto nos arts. 18, §1º, inciso VI, 23, inciso IV, e 40, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e conforme as diretrizes metodológicas definidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que estabelece critérios para a pesquisa de preços e a formação do valor estimado da contratação.

14.1.1 Foram consideradas as seguintes diretrizes:

- a) Utilização de fontes oficiais e atualizadas (PNCP, ComprasGov, portais de transparência e ARPs regionais);
- b) Compatibilidade técnica entre as soluções contratadas e a realidade geográfica e operacional do Município de Tarauacá/AC;
- c) Correlação direta entre os quantitativos e características do objeto descrito nos Lotes 01 e 02;
- d) Desconsideração de valores atípicos, observando-se a média ponderada por capacidade e tecnologia.

14.2 Fontes Consultadas:

- a) ARP nº 062/2025 – Município de Autazes/AM, referente a link dedicado por fibra óptica (100 Mbps) com valor unitário médio de R\$ 914,06/mês, expandido proporcionalmente às velocidades de 600, 800 Mbps e 1 Gbps.
- b) Contrato nº 20/2025 – TELESPIAZIO BRASIL S/A, referente a serviços de conectividade via satélite LEO (fixo e móvel) com valor médio mensal por ponto entre R\$ 1.200,00 e R\$ 1.300,00, incluindo locação de equipamentos e suporte técnico.
- c) ARP nº 033/2025 – Prefeitura de Manacapuru/AM e Contrato nº 35/2024 – Justiça Federal do Acre, para parâmetros comparativos de serviços de telecomunicação em fibra óptica e satélite corporativo na região Norte.

14.3 – Composição e Critérios de Cálculo:

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

14.3.1 Para o LOTE – Conectividade Móvel e Satelital (LEO de Alta Performance), cálculo estimado com base em proporção de mercado por velocidade e quantitativo previsto:

Item	Categoria	Qt de Registro	Valor Médio Mensal (R\$)	Total Anual Estimado (R\$)
1	Satélite LEO Móvel (Starlink Empresarial – 50GB)	47	1.205,00	679.620,00
2	Satélite LEO Fixo (Starlink Corporativo – 50GB)	145	1.205,00	2.096.700,00
Subtotal do lote				R\$ 2.776.320,00

Obs.: Valores obtidos a partir da média dos contratos TELESPAIO (Contrato nº 20/2025) e PRF/AC, incluindo locação de equipamentos, suporte técnico e substituição preventiva de terminais.

14.4 – Estimativa Consolidada da Contratação:

Lote	Descrição	Valor Estimado (R\$)
01	Conectividade Satelital LEO (Fixa e Móvel)	R\$ 2.776.320,00
—	Valor Global Estimado da Contratação	R\$ 2.776.320,00

14.5 O valor global estimado da contratação é de R\$ 2.776.320,00 (dois milhões, setecentos e setenta e seis mil, trezentos e vinte reais), conforme suas especificidades tecnológicas e quantitativas.

14.5.1 O valor estimado por Secretaria foi calculado com base exclusivamente nos quantitativos previstos para registro, considerando a média ponderada dos preços de mercado obtidos na pesquisa e as especificações técnicas constantes deste Estudo Técnico Preliminar, em observância aos arts. 18, §1º, inciso VI, e 23, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes metodológicas da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

14.5.2 Os valores a seguir refletem a projeção anual de custos por Secretaria Municipal, agrupados conforme os lotes licitados, observando-se a divisão técnica e a proporcionalidade do consumo entre as unidades administrativas.

a) Lote – Conectividade Móvel e Satelital (Tecnologia LEO de Alta Performance):

Secretaria	Total anual
-------------------	--------------------

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Administração	R\$ 159.060,00
Agricultura	R\$ 86.760,00
Cultura, Turismo e Inovação	R\$ 86.760,00
Comunicação	R\$ 57.840,00
Educação	R\$ 1.821.960,00
Esporte e Lazer	R\$ 43.380,00
Meio Ambiente	R\$ 86.760,00
Obras e Serviços Urbanos	R\$ 86.760,00
Promoção Social	R\$ 144.600,00
Saúde	R\$ 202.440,00
Total Lote 02	R\$ 2.776.320,00

14.5.3 Os valores apresentados correspondem à estimativa orçamentária anual consolidada, a ser utilizada para fins de planejamento da despesa, dotação e reserva de recursos pelas respectivas Secretarias demandantes.

14.5.4 A projeção contempla o registro de preços em sistema de uso compartilhado e o parcelamento técnico do objeto por lotes e unidades administrativas, assegurando racionalidade, exequibilidade e vantajosidade econômica, nos termos do art. 11, incisos I e IV, e art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.5.5 A estimativa reflete valores praticados no mercado regional e proporcionalidade técnica ao porte do Município de Tarauacá/AC, garantindo exequibilidade, vantajosidade e aderência às práticas de governança pública previstas nos arts. 11, 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021.

14.5.6 Essa estimativa subsidiará a pesquisa de preços formal e a elaboração do Termo de Referência, integrando o planejamento estratégico do certame na modalidade Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (SRP).

14.6 Observação sobre a Natureza da Estimativa de Valor

14.6.1 A estimativa de valor apresentada neste Estudo Técnico Preliminar tem caráter preliminar e indicativo, conforme disposto no art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

14.6.2 Seu objetivo é avaliar a viabilidade econômico-financeira da solução proposta e subsidiar a decisão administrativa quanto à continuidade da contratação, não constituindo, portanto, o preço de referência oficial da futura licitação.

14.6.3 A definição do valor de referência ou preço máximo aceitável ocorrerá posteriormente, mediante pesquisa de preços formal, nos termos do art. 23 da Lei nº

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, com base em metodologia padronizada, múltiplas fontes e critérios técnicos de confiabilidade e contemporaneidade.

14.6.4 Ressalta-se que é natural e esperado que o valor preliminar apurado neste ETP divirja (para mais ou para menos) do valor que será consolidado na fase de pesquisa formal, uma vez que a presente estimativa se apoia em levantamentos exploratórios e fontes secundárias, enquanto a pesquisa formal adotará parâmetros quantitativos, metodológicos e temporais mais rigorosos.

14.6.5 Assim, eventuais diferenças entre os valores aqui estimados e os obtidos na cotação formal não representam inconsistência técnica, mas sim a evolução natural do processo de planejamento da contratação pública, em conformidade com o princípio do planejamento e com o caráter progressivo das etapas de estudos, justificativas e instrução do processo licitatório.

15 . DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1 – Após a análise técnica, operacional e econômica conduzida neste Estudo Técnico Preliminar, constatou-se a plena viabilidade da contratação da solução proposta, consistente na disponibilização de serviços especializados de engenharia de telecomunicações por meio de conectividade satelital de alta performance.

15.2 – A contratação revela-se necessária e estratégica para assegurar a continuidade e eficiência das atividades administrativas e finalísticas da Prefeitura Municipal de Tarauacá e de suas Secretarias, permitindo a integração sistêmica entre as unidades, o funcionamento adequado dos sistemas digitais e o fortalecimento da infraestrutura tecnológica municipal.

15.3 – Considerando os resultados obtidos nas análises de mercado, na justificativa da demanda e nos parâmetros de economicidade apresentados, conclui-se que a solução é tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente viável, atendendo aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse coletivo, previstos nos arts. 5º, 11, 18 e 37 da Lei nº 14.133/2021.

15.4 – Diante do exposto, declara-se viável a contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento das etapas subsequentes do processo licitatório, com base nos fundamentos e diretrizes técnicas consolidados neste Estudo Técnico Preliminar.

16. JUSTIFICATIVA TÉCNICA – CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO POR LOTE E UNIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 A presente contratação visa assegurar solução integrada de conectividade ao Município de Tarauacá/AC, abrangendo conectividade via satélite, necessária ao



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

funcionamento contínuo dos órgãos públicos municipais, considerando o perfil geográfico e a necessidade de comunicação digital estável para execução das políticas públicas.

16.2 No levantamento realizado durante a fase de planejamento, identificou-se que, na contratação anterior (PP SRP nº 006/2021), a solução de conectividade foi fragmentada entre diferentes fornecedores, ainda que possuíssem serviços equivalentes, mesma finalidade pública e características técnicas similares.

16.3 A análise da execução dos contratos vigentes evidenciou que a divisão contratual:

- a) não resultou em ganho econômico relevante;
- b) não proporcionou vantagem técnica mensurável;
- c) resultou em preservação de nichos de mercado sem competição efetiva entre fornecedores;
- d) promoveu assimetria técnica e gerencial, com múltiplas interfaces e maior custo operacional interno.

16.4 Esse cenário pode ter contribuído para comportamento competitivo reduzido (“acomodação mercadológica”), caracterizado pela menor disposição concorrencial das empresas em ofertar preços competitivos, situação que se contrapõe ao interesse público.

16.5 A Lei nº 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência), em seu art. 5º, veda práticas que limitem a livre concorrência ou criem condições artificiais de mercado, sendo dever da Administração adotar modelos contratuais que previnam tais condutas.

16.6 Da mesma forma, a Lei nº 14.133/2021 determina que a Administração observe:

- a) Planejamento e eficiência (arts. 5º, 11 e 18);
- b) Vantajosidade da contratação;
- c) Isonomia e competitividade;
- d) Padronização e racionalização de soluções quando tecnicamente justificáveis (art. 40, §1º).

16.7 O Tribunal de Contas da União, por sua vez, pacificou entendimento de que o parcelamento deve ser adotado somente quando não comprometer a eficiência e a economicidade, reconhecendo a legitimidade do agrupamento quando demonstrada vantagem técnica e financeira (Acórdãos TCU nº 2.622/2013-Plenário e nº 1.592/2016-Plenário).

16.8 Diante desse diagnóstico e visando corrigir distorções observadas no modelo anterior, a área técnica opta por estruturar o objeto em dois lotes distintos, de acordo com a natureza tecnológica, preservando a competitividade setorial e a eficiência operacional:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- a) Lote - Conectividade via satélite (Starlink e similares)

16.9 Com julgamento pelo critério de menor preço por lote, medida que:

- a) Amplia o universo competitivo;
- b) Previne pulverização artificial do objeto;
- c) Evita manutenção de espaços dominantes sem disputa real;
- d) Fomenta ambiente concorrencial saudável e transparente;
- e) Promove eficiência operacional e padronização;
- f) Aprimora a capacidade de gestão da infraestrutura municipal.

16.10 Dessa forma, a modelagem proposta demonstra-se a solução mais racional, competitiva e vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, isonomia, livre concorrência e interesse público, além de estar alinhada às boas práticas de planejamento da IN SEGES/MP nº 65/2021.

16.11 Conclui-se pela adequação da contratação no formato proposto, com dois lotes técnicos e julgamento por menor preço por lote, devendo o Termo de Referência e o edital refletirem a modelagem ora justificada.

17. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTO

17.1 Diante dos elementos técnicos, operacionais, econômicos e jurídicos analisados, conclui-se pela plena viabilidade da contratação dos serviços de conectividade móvel satelital de alta performance, conforme os parâmetros e justificativas expostos neste Estudo Técnico Preliminar.

17.2 A solução proposta mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente legítima, atendendo aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, isonomia, competitividade e supremacia do interesse público, em conformidade com os arts. 11, 18 e 37 da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022.

17.3 Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do processo licitatório com a elaboração do Termo de Referência, pesquisa de preços formal (art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES nº 65/2021) e minuta de edital, considerando as diretrizes, parâmetros técnicos e modelagem ora aprovados.

17.4 Este Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em observância aos requisitos do art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, com base em análise de mercado, diagnóstico da necessidade, justificativas técnicas e critérios de vantajosidade, atendendo às boas práticas de planejamento e gestão das contratações públicas.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Tarauacá/AC, 25 de maio de 2026.

Elaboração e Responsabilidade Técnica:

Aprovação:

MURILO CASEMIRO MARÇAL
Secretaria Municipal de Administração
Unidade Demandante

ENIVALDO GOMES CAVALCANTE DO Ó
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 004/2025

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede no(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, na cidade de Tarauacá, AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) Médico Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 01 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Estado edição nº 13.939 de 08 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202....., processo administrativo n.º 3.739/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviço de engenharia de telecomunicação para disponibilização de internet via satélite interconectados á starlink, fixa e móvel, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo *do edital de Pregão Eletrônico SRP nº 90024/2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

3.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

3.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

3.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

3.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

3.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

3.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

3.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

3.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

3.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

3.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

3.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.10. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. *A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

- 4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
- 4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços,

no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

(Processo Administrativo nº /2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/2026** QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede no(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, na cidade de Tarauacá, AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) Médico Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 01 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Estado edição nº 13.939 de 08 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] **OU** [Concorrência] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada em serviço de engenharia de telecomunicação para disponibilização de internet via satélite interconectados á starlink, fixa e móvel, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será prorrogado, por meio de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja

substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXXXX;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
- 9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
- 9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*
- 9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
- 9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*
- 9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*

- 9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade a realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*
- 12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*
- 12.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
e
- 12.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*
- 12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

- 12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Tarauacá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Tarauacá-AC, XX de XXXXX de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-